

CLEBER BIANCHESSI
ORGANIZADOR

MULHERES DO BRASIL

EMPODERAMENTO, RESISTÊNCIA
E (IM)POSSIBILIDADE

VOL. 7



MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade

Vol. 7





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

E26 Mulheres do Brasil: empoderamento, resistência e
1.ed. (im)possibilidade – vol. 7 [recurso eletrônico] /
[org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR,
Editora Bagai, 2025. 113p.
Recurso digital.
Formato: e-book
ISBN: 978-65-5368-559-8
1. Mulheres. 2. (Im)Possibilidade. 3. Resistência.
I. Bianchessi. Cleber

10-2025/14

CDD 370.7
CDU 37.01

Índice para catálogo sistemático:
1. Educação: Mulheres; 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-559-8.02.05.25>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora BAGAI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Cleber Bianchessi
Organizador

MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade

Vol. 7



1.ª Edição – Copyright© 2025 dos autores.
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa & Diagramação</i>	Luciano Popadiuk
<i>Ilustração da Capa</i>	jemastock/freepik
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUC-PR Dra. Dalia Peña Islas - Universidad Pedagógica Nacional - MÉXICO Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodriguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. Maria Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Samuel Pereira Campos - UEPA Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRÁDE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Walmir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFPT Dr. Yoisell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

O livro **Mulheres do Brasil: Empoderamento, Resistência e (Im) Possibilidade – Vol. 7** é uma coletânea de reflexões, estudos e narrativas que evidenciam a trajetória, os desafios e as conquistas femininas em diversos âmbitos da sociedade. Por meio de uma abordagem interdisciplinar, a obra reúne análises históricas, culturais, políticas e sociais que destacam o protagonismo feminino ao longo do tempo, promovendo um olhar crítico sobre sua representatividade e inserção em diferentes contextos.

Destarte, o primeiro capítulo expressa reflexões sobre O corpo que escreve: Hilda Hilst e o feminino inscrito, destacando a presença do corpo feminino na literatura e sua importância na construção identitária. Na sequência, o segundo capítulo reflete sobre a utilização da Identidade como influência de empoderamento e representatividade de “Ana Davenga” em Olhos d’Água, evidenciando o impacto da identidade na formação da autoimagem e da resistência feminina. Por sua vez, o terceiro capítulo ressalta Elizangela Moura: narrativa biográfica de uma educadora dedicada, apresentando a trajetória de uma mulher que fez da educação um instrumento de transformação social e o quarto capítulo, na sequência, destaca A inserção da mulher no agronegócio, analisando os desafios e conquistas da participação feminina nesse setor historicamente dominado por homens.

Em continuidade, o quinto capítulo descreve Mulheres cronistas nos jornais brasileiros do século XIX: uma revisão narrativa, trazendo à tona a produção intelectual de mulheres que ocuparam espaços na imprensa e contribuíram para o pensamento crítico da época. Prosseguindo, o sexto capítulo apresenta A mulher escritora na Academia Maranhense de Letras, refletindo sobre sua representatividade e o impacto de suas produções literárias. No que lhe concerne, o sétimo capítulo discute A história da educação e suas transformações: da construção do conhecimento ao protagonismo feminino na Amazônia, abordando a evolução do papel das mulheres no campo educacional e sua relevância na formação de novas gerações. Por fim, o oitavo capítulo analisa Sueli Carneiro: contribuições de uma intelectual e feminista negra brasileira ao pensamento decolonial, ressaltando a influência do pensamento crítico e antirracista na luta pelos direitos das mulheres negras.

Ao reunir essas narrativas e estudos, *Mulheres do Brasil: Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade* – Vol. 7 se consolida como uma obra fundamental para ampliar o debate sobre a presença feminina em diferentes esferas, reafirmando sua força e relevância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Deste modo, essa coletânea convida o leitor a refletir sobre como as produções culturais, acadêmicas e artísticas reunidas aqui se articulam para transformar contextos sociais e promover a equidade, incentivando, assim, uma sociedade mais inclusiva e justa. Em suma, a obra é um catalisador de inspiração e engajamento, reafirmando a força transformadora do protagonismo feminino e a necessidade de reconhecer, valorizar e ampliar a participação das mulheres nos mais diversos domínios da vida pública e privada.

Equipe editorial

SUMÁRIO

O CORPO QUE ESCREVE: HILDA HILST E O FEMININO INSCRITO.....	9
--	----------

Elizabeth Fátima Teodoro | Wilson Camilo Chaves

IDENTIDADE COMO INFLUÊNCIA DE EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DE “ANA DAVENGA” EM <i>OLHOS D’ÁGUA</i>	23
---	-----------

Aysla Lúcia Ferreira | Mileidy Maiare de Sousa Barboza |
Leonardo José Freitas de Oliveira | Maria Gabrielly Cosme dos Santos Martins |
Eldio Pinto da Silva | Jéssica Girlaine Guimarães Leal

ELIZANGELA MOURA: NARRATIVA BIOGRÁFICA DE UMA EDUCADORA DEDICADA.....	39
--	-----------

Liliane Rodrigues de Almeida Menezes | Francisca Rodrigues Lopes

A INSERÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO	53
--	-----------

Ana Beatriz Zanchetta | Ana Julia Mene Biffi | Beatriz dos Santos Munaretti |
Nicole Silva Cardoso | Heloísa Maria Palácio | Isabela Bazzo da Costa

MULHERES CRONISTAS NOS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	61
---	-----------

Ítala Clay de Oliveira Freitas | Sofia Castro Lourenço

A MULHER ESCRITORA NA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS	73
--	-----------

Lindalva Maria Barros Neres | José Dino Costa Cavalcante |
José Ribamar Neres Costa

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AO PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA.....	85
--	-----------

Cristina Félix de Araújo | Clarice Nascimento de Melo

**SUELI CARNEIRO: CONTRIBUIÇÕES DE UMA INTELECTUAL
E FEMINISTA NEGRA BRASILEIRA AO PENSAMENTO
DECOLONIAL 99**
Wanderson Diogo Andrade da Silva | Marina Ferreira

SOBRE O ORGANIZADOR110

ÍNDICE REMISSIVO.....111

O CORPO QUE ESCRIVE: HILDA HILST E O FEMININO INSCRITO

Elizabeth Fátima Teodoro¹
Wilson Camilo Chaves²

INTRODUÇÃO³

Hilda Hilst não escreve *sobre* o feminino. Ela escreve *a partir do* feminino, mas não daquele que pode ser fixado em categorias estáveis ou domado pelo discurso teórico. Sua escrita não representa o feminino – ela encarna sua pulsação, sua falha, seu gozo. Se a linguagem é o espaço da nomeação e da ordem simbólica, a literatura de Hilst tensiona seus limites, expondo o que resiste à significação, o que transborda e não se deixa capturar pelo signo.

Entre o sagrado e a carne, entre a mística e o delírio, sua obra traça um campo de tensões no qual o corpo se faz gramática da escrita. Se a tradição literária nos deu a mulher como objeto de desejo, Hilst reverte esse olhar: ela é a mulher que deseja, que devora, que profana. Mas esse desejo, em sua literatura, não se organiza dentro da economia fálica da falta e do limite; ele se inscreve como um gozo outro, um excesso que perturba a lógica da representação.

Este capítulo propõe uma leitura da obra de Hilst a partir da noção de escrita do feminino, compreendida aqui não como um discurso sobre a mulher, mas como um modo de escrita que se estrutura no deslocamento, na falha e no que resiste à simbolização. Se Lacan (1972-1973/2010) afirma que “não existe A mulher” (p. 150), pois o feminino não pode ser reduzido ao todo fálico, a escrita de Hilst transforma essa não-existência em presença, instaurando um texto que não se fixa, mas que se refaz incessantemente na oscilação entre sentido e rasura.

¹ Doutoranda e mestre em Psicologia (UFSJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/5201570313366152>

² Doutor em Filosofia (UFSCar). Professor (UFSJ). CV: <http://lattes.cnpq.br/1498920976592034>

³ Financiamento: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A partir de uma abordagem ensaística e psicanalítica, investigamos de que modo sua escrita tensiona as fronteiras do simbólico, inscrevendo na linguagem aquilo que resiste à nomeação. Para isso, percorremos suas obras, especialmente *A obscena senhora D.* (1982), *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) e *Do desejo* (1992), analisando como a materialidade do corpo e da linguagem se fundem em uma gramática do excesso e da errância.

Assim como na clínica psicanalítica, na qual se escuta o sujeito para além do dito, atentando-se ao ritmo, às falhas e às insistências do discurso, propomos uma leitura que não busca apenas interpretar Hilst, mas escutá-la em sua materialidade, em suas rasuras e em seu gozo. Se, para Freud (1933/2018), a feminilidade permanece um enigma para a ciência, Hilst responde com um texto que não explica, mas performa esse enigma, expondo na carne da linguagem aquilo que não pode ser completamente dito.

HILDA HILST: VIDA E CRIAÇÃO LITERÁRIA

Hilda Hilst nasceu em 21 de abril de 1930, na cidade de Jaú, interior de São Paulo, em uma família de ascendência aristocrática, mas marcada por tensões e rupturas. Seu pai, Apolônio de Almeida Prado Hilst, engenheiro agrônomo e poeta amador, foi diagnosticado com esquizofrenia e institucionalizado quando Hilda ainda era criança. Esse evento deixaria marcas profundas em sua vida e em sua literatura, na qual a loucura e o delírio surgiriam como temas recorrentes, não apenas como metáforas, mas como experiências existenciais que atravessam sua escrita.

Ainda jovem, Hilda mudou-se para São Paulo, onde cursou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Durante esse período, conviveu com intelectuais e escritores que mais tarde integrariam o cânone literário brasileiro, como Lygia Fagundes Telles, com quem manteve uma amizade duradoura. No entanto, a vocação jurídica não a seduziu. Em 1954, abandonou a carreira para dedicar-se inteiramente à literatura, uma decisão que definiria o resto de sua vida e marcaria seu lugar como uma das escritoras mais ousadas e transgressoras do Brasil.

Nos anos 1960, Hilst construiu a Casa do Sol, uma propriedade nos arredores de Campinas, onde viveu até sua morte, em 2004. Mais do que um refúgio, a Casa do Sol consolidou-se como um território de

experimentação e resistência, no qual arte e vida se confundiam. Lá, Hilda promoveu debates, experimentações literárias e encontros que fortaleceram uma rede intelectual marcada pela liberdade criativa e pela ruptura com os modelos tradicionais da literatura brasileira. Logo, seu afastamento do mercado editorial não significava reclusão, mas transgressão. Hilst escrevia para gritar – e fazia desse espaço um eco de sua voz inconfundível.

Mesmo após sua morte, a Casa do Sol segue viva como um espaço de preservação e estudo de sua obra, mantendo seu legado acessível a novas gerações. Assim, a Casa do Sol não é apenas um símbolo de sua independência criativa, mas também um legado material e imaterial – um espaço de memória, resistência e continuidade do diálogo sobre sua literatura.

Ler Hilst não é apenas interpretar, mas experimentar a errância do texto. Sua escrita desloca o leitor, obrigando-o a habitar o “não-todo” da linguagem, a sentir o gozo da fragmentação. O leitor, assim como as personagens de Hilst, é lançado ao abismo da palavra, sem garantia de um sentido último. Se Hilst (2001) escreve para gritar, como ela mesma assevera em *A obscena senhora D.*: “Porque escrever é gritar sem ruído” (p. 34), lemos com a carne e com o delírio.

Radical e subversiva, Hilda Hilst ocupa uma posição singular na literatura brasileira. Por muito tempo, sua obra permaneceu à margem, silenciada pelo mercado editorial e ignorada pela crítica. Nos anos 1970 e 1980, a falta de reconhecimento a levou a escrever obscenidades, um gesto que não foi apenas um desafio literário, mas um embate direto com o campo literário e suas hierarquias. Sua pornografia não era um convite ao prazer, mas uma arma contra o silenciamento.

Em uma entrevista concedida à TV Cultura, em 1990⁴, Hilst declarou que *O caderno rosa de Lori Lamby* “não é um livro, é um ato de agressão. É uma banana (...) que estou dando aos editores, ao mercado editorial, porque durante quarenta anos eu trabalhei a sério, tive um excesso de seriedade, de lucidez, e não aconteceu absolutamente nada”. Sua afirmação reflete a profunda insatisfação com a falta de reconhecimento de sua obra séria ao longo de quatro décadas.

Essa estratégia também evidenciou o duplo padrão existente na recepção da literatura erótica: enquanto a pornografia masculina era

⁴Vide https://www.youtube.com/watch?v=4p3txK2Li_Y

amplamente aceita, a expressão do desejo feminino na literatura causava escândalo. Hilst ironizou essa discrepância, questionando por que sua incursão na pornografia era vista como um desvio, quando a literatura há milênios aborda temas eróticos e a sexualidade é parte inerente da condição humana.

Em suma, a publicação de *O caderno rosa de Lori Lamby* representou uma crítica mordaz ao mercado editorial e uma reflexão sobre os limites impostos à expressão feminina na literatura. Sua escrita, no entanto, nunca foi apenas sobre o sexo: era sobre a linguagem como desejo, sobre o indizível e o excesso, sobre o corpo como potência de escrita e expressão do feminino.

A ESCRITA COMO GRITO: O INDIZÍVEL EM HILDA HILST

A literatura de Hilst não é feita de enredos nítidos ou personagens bem delineados. Seu território é o da fragmentação, da palavra excessiva que, ao invés de esclarecer, confunde, desliza, engana. Sua escrita habita o limiar entre o sentido e o delírio, como se cada frase fosse um corpo convulsionando na página, um fluxo que escapa à domesticação da linguagem. A sintaxe hilstiana não apenas resiste ao simbólico, mas o transgredir pela própria estrutura do gozo feminino – um gozo que, como propõe Lacan (1972-1973/2010), não se ordena pelo fálico, mas se inscreve no “não-todo”, na errância da significação.

No centro desse movimento está a recusa da linguagem ordenada, fálica, transparente. Hilst transborda, abusa da repetição, do som, do ritmo convulso, criando um texto que pulsa no corpo e pelo corpo. Em *A obscena senhora D.*, a protagonista, Hillé, mergulha em um processo de dissolução do eu após a morte do marido, retirando-se para um vão de escada, no qual enfrenta uma jornada de delírio e introspecção. A narrativa questiona as fronteiras entre sanidade e loucura, corpo e espírito, vida e morte, desestabilizando noções fixas de identidade. Conforme Ortolano (2024), mais do que uma história, o romance é um espaço de ruptura, no qual Hilst subverte convenções sociais e literárias, propondo uma subjetividade fragmentada e múltipla.

“Olho meu rosto e sou outra, sou nenhuma, sou nada” (HILST, 2001, p. 41), e sua escrita é esse espelho líquido, instável, no qual a expressão

do feminino se dissolve e se refaz. Esse espelho não reflete, mas distorce, rasura pura, desmonta os contornos identitários e os reconfigura em um fluxo errante e inacabado.

Se Cixous (2022), em *O riso da Medusa*, clamava por uma *écriture féminine*, uma escrita capaz de inscrever o feminino para além da lógica do masculino, Hilst (2001) responde com um corpo-escrita que prescinde de teoria e nomeação. Seu texto não argumenta: ele encarna. O feminino em sua obra não se acomoda em definições estáveis, não se oferece ao olhar domesticado pelo simbólico. Ele se escreve no excesso, no corpo, na carne, na dissonância. Mas o que significa esse feminino que se inscreve na linguagem?

Lacan (1972-1973/2010), a partir de sua lógica da letra, propõe que o feminino não pode ser representado, mas, ainda assim, como recurso formal, pode ser escrito e demonstrado. Se o feminino, como sugere o psicanalista, não se encerra no fálico, na completude simbólica, mas habita o “não-todo”, como inscrevê-lo? Como dar-lhe corpo dentro da linguagem? Se, na busca por respostas, Barthes (2009) nos instiga com a seguinte frase: “escrever o corpo: nem a pele, nem os músculos, nem os ossos, nem os nervos, mas o resto” (p. 113), é a própria poética de Hilst (2001) que nos indica o caminho, fazendo da palavra um organismo vivo, pulsante, capaz de abrigar o desejo que escapa ao signo e que resta irrepresentável. Sua escrita, fragmentada e rítmica, não busca nomear, mas tocar o indizível – um gozo que escapa ao significado e se imprime na própria materialidade da linguagem.

Não é à toa que Freud (1933/2018), ao refletir sobre a sexualidade feminina, sugere: “Se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então perguntem às suas próprias experiências de vida, ou voltem-se aos *poetas*, ou esperem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas e mais bem articuladas” (p. 156, grifo nosso). Se a ciência ainda hesita, a poesia de Hilst (2001) grita. Sua escrita não descreve o feminino, mas o faz acontecer, torná-lo presença, rasura, corpo que se inscreve na letra e a ultrapassa. Como ela mesma escreve: “Antes que o mundo acabe, deita-te e prova. Esse milagre do gosto. Que se fez na minha boca. Enquanto o mundo grita. Belicoso... E nos cobrimos de beijos” (p. 22).

Aqui, o feminino se manifesta não como conceito, mas como vivência. Ele não pode ser capturado pelo discurso, mas pode ser sentido, experimentado, devorado. Sua poesia ressoa como o que poderíamos chamar, inspirados por Lacan (1971), de “letra encarnada”, uma escrita que não apenas fala do corpo, mas que o torna presença na linguagem. Em *Lituraterra*, Lacan (1971) propõe que a letra não é apenas um signo, mas um traço de gozo inscrito na linguagem, uma marca do corpo no simbólico. Hilst opera exatamente nesse registro: sua escrita não apenas articula um discurso, mas inscreve a pulsação do desejo em sua estrutura sintática e rítmica. Se, para Kristeva (1982), a linguagem feminina se dá no entrelaçamento do simbólico e do semiótico, a escrita de Hilst intensifica essa relação ao extremo, fazendo da palavra um corpo, um organismo em fratura, onde o ritmo é mais significativo do que o sentido. Hilst, como Freud (1933/2018) aconselhou, deve ser lida não como quem busca uma explicação, mas como quem se entrega a um enigma.

Esse enigma, contudo, não se resolve; trata-se de um paradoxo que apenas se intensifica na materialidade de sua escrita. Se a palavra hesita em nomear o feminino, Hilst (2001) transforma essa hesitação em método, esse resto em gesto poético. Sua escrita não se constrói apenas em palavras, mas em um fôlego interrompido, em um fluxo que ora explode, ora se retrai. Sua sintaxe espasmódica, feita de quebras e repetições, reflete um corpo que pulsa entre a presença e o apagamento.

É nesse movimento entre a fragmentação e a busca por um além da linguagem que se inscreve *Do desejo*, um livro de poemas no qual Hilst (2004) mergulha em temas como erotismo, transcendência, desejo e morte, tecendo essas questões com uma escrita intensa, filosófica e provocativa. Diferente de suas obras em prosa, como *A obscena senhora D.* e *O caderno rosa de Lori Lamby*, esse livro aprofunda a relação entre corpo e linguagem, fazendo do verso um espaço no qual a pulsão carnal e a busca metafísica se entrelaçam.

Em *Do desejo*, a palavra de Hilst (2004) busca um além da linguagem, um ponto no qual a voz se confunde com o grito: “O que eu quero é muito mais do que palavra. Quero o buraco branco no centro da fala” (p. 17). O “buraco branco” aqui não é apenas uma metáfora da ausência, mas um espaço pulsional, no qual a linguagem se desfaz para dar passagem

ao que escapa à significação. A escrita de Hilst não busca preencher esse vazio – ela o intensifica, fazendo dele matéria poética. Na concepção de Castello Branco (1990), corresponde ao feminino recalcado pela memória.

Essa noção de um feminino que escapa à nomeação não é nova e encontra ecos na psicanálise. Freud (1933/2018) descreve-o como um “continente negro”, uma região que escapa à clareza da razão. Já Lacan (1972-1973/2010), ao retomar essa questão, sugere que o feminino habita o “não-todo”, uma zona de rasura e de gozo que excede a palavra. Hilst (2004) transforma essa opacidade em matéria literária, criando uma escrita que tensiona os limites do dizer e do indizível, do desejo e da falta, da presença e da ausência.

Dessa forma, o feminino não se fixa em uma identidade estável, mas se inscreve como um traço móvel – uma potência de deslocamento e uma recusa ao fechamento do sentido. A escrita de Hilst, especialmente em sua trilogia pornográfica, habita esse campo do indizível: fala e desfala, constrói e dissolve, diz e desdiz – pura desrazão. É nesse ponto que se insere *O caderno rosa de Lori Lamby*, uma narrativa que provoca desconforto ao expor, de maneira irônica e perturbadora, os paradoxos da representação da infância e do desejo na literatura. A história se constrói a partir do diário fictício de Lori Lamby, uma menina de oito anos cuja voz narrativa assume um tom ingênuo e infantilizado, ao mesmo tempo em que evidencia a sordidez do mundo adulto. A escrita simula a linguagem de uma criança, com erros ortográficos e um aparente tom lúdico, criando um contraste chocante com o conteúdo do texto.

No entanto, o impacto da obra não reside na sugestão de prazer, mas na sua rasura da própria lógica do erotismo patriarcal – um erotismo que, em Hilst (1990), fragmenta-se, desloca-se e se nega ao sentido. A protagonista não se apresenta apenas como um objeto passivo dentro da narrativa – ela subverte a dinâmica de poder ao manipular os adultos ao seu redor, evidenciando o absurdo e o caráter perverso da exploração do desejo. O livro, portanto, não busca gratificação, mas inquietação, lançando o leitor em um território incômodo e desestabilizador.

Desse modo, ler Hilst é escutar o gozo antes da voz, o feminino antes do nome, o grito que ecoa no centro do silêncio. Sua literatura não persegue o sentido – ela encara o abismo. Se Cixous (2022) propôs uma

escrita feminina como pulsação, Hilst (1990) a encarnava em cada frase interrompida, em cada corpo que se desfaz na vertigem da palavra. Sua literatura não explica, não argumenta, não doméstica. Ela arde e te lança, abismado, no avesso da linguagem.

ESCRITA ARCAICA E FEMININO: “O GRITO ANTES DA VOZ” EM HILDA HILST

Quando Hilst (2004) escreve: “O que eu quero é o grito antes da voz” (p. 17), sua literatura se inscreve naquilo que antecede o nome, no espaço do indizível, no excesso que não se doma pelo signo. Sua escrita não busca sentido – ela busca o abismo. O corpo, em sua obra, não apenas deseja – ele escreve, ele grita.

Se o gozo feminino, como Lacan (1972-1973/2010) propõe, não se organiza dentro da economia fálica da falta, mas transborda como excesso, a escrita de Hilst (2004) opera da mesma maneira – um texto que não busca fechar sentidos, mas expandi-los ao limite da tensão máxima, na qual a palavra quase se desfaz. O feminino se inscreve não como um signo fixo, mas como um traço de intensidade, uma vibração que ressoa na sintaxe, nas pausas abruptas, na quebra do discurso lógico. Seu texto é, portanto, uma experiência de leitura que mobiliza o corpo, que coloca o leitor no mesmo movimento oscilante entre presença e apagamento.

A escrita de Hilst (2004) não apenas tematiza o feminino – ela o encarna no ritmo de sua estrutura sintática, nas quebras abruptas, nas repetições que evocam o corpo pulsante dentro da linguagem. Se a lógica fálica busca a linearidade e a clareza, Hilst rompe essa ordem ao instaurar um texto feito de intensidades, de explosões e retrações, de um dizer que se escreve e se desfaz na mesma cadência. Como Kristeva (1982) propõe, a presença do semiótico na linguagem não se limita ao conteúdo do discurso, mas se manifesta no fluxo rítmico, no som e na pulsação que desafiam o sentido estabilizado.

Essa inscrição do irrepresentável, que resiste à captura pelo signo, encontra um eco no que Freud (1931/2018) descreve como “o efeito de surpresa semelhante à descoberta, em outro campo, da civilização minoico-micênica por trás da grega” (p. 287), referindo-se à revelação da fase pré-edípica na menina. Como a cultura minoica, dedicada à Deusa

Mãe e aos mistérios do feminino, foi soterrada pela civilização micênica patriarcal, esse feminino, no psiquismo, também foi recalçado – mas nunca silenciado. Ele persiste como vestígio, um subterrâneo que pulsa sob a estrutura do visível, esperando sua fissura para retornar.

Freud nos lembra que o recalçado sempre retorna. O feminino, longe de desaparecer, desloca-se, ressurge e contamina a superfície do discurso com fendas e falhas. A história tentou soterrá-lo sob leis, mitos e dogmas, reduzindo-o ao silêncio ou à margem, mas ele se infiltra na arte, na literatura, nos gestos insubmissos que desorganizam a norma.

Ao retomar Freud na Carta 52, Lacan (1954-1955/1985) descreve os “signos de percepção” como inscrições arcaicas que não chegam a constituir representações organizadas, mas que permanecem como restos primitivos no psiquismo. Esses signos de percepção são as primeiras marcas deixadas no aparelho psíquico, registros de experiências que não se consolidam como memórias conscientes, mas persistem como traços que influenciam profundamente o inconsciente.

O feminino resiste à domesticação do sentido: não se inscreve como discurso ordenado, mas como falha e rasura que escapam ao olhar do Outro. Escrever o feminino, portanto, não é explicá-lo ou fixá-lo em um conceito, mas torná-lo ressonância, fluxo, deslocamento.

A escrita pulsional e fragmentária de Hilst (2004) parece operar nesses traços primordiais, nessa camada de signos que antecede a fala estruturada. Sua literatura não organiza o discurso, mas o desarticula, expondo a falha, a rasura, o que escapa ao olhar do Outro. Assim, a escrita de Hilst encarna a tensão entre o simbólico e o real, permitindo que corpo e desejo marquem o texto, subvertendo as estruturas linguísticas tradicionais e fazendo ecoar seu “grito antes da voz”.

ENTRE O ESPELHO E O ABISMO: ESCRITA E RASURA DO FEMININO

Para Luce Irigaray (1995), a linguagem patriarcal organiza o discurso de forma a excluir o feminino ou torná-lo um espelho do desejo masculino. Hilst (2001) rompe com esse espelho, recusando a posição passiva imposta às mulheres na estrutura discursiva tradicional. Em *A obscena senhora D.*,

a protagonista, Hillé, habita a fronteira entre a sanidade e a loucura, entre o corpo e o verbo, entre o desejo e a morte. A voz feminina aqui não se submete à lógica fálica – ela a rasga, a desmonta, a desestabiliza. Mas essa subversão não ocorre pela simples substituição de um sentido por outro, e sim pelo esfacelamento da própria significação. A escrita não se impõe como enunciação ordenada, mas como ruína e excesso – um discurso que se desagrega no instante em que tenta se constituir.

Jacques Derrida (2008) introduz o conceito de “rasura” para indicar aquilo que é simultaneamente escrito e apagado, presente e ausente no texto. Hilst (2001) opera dentro dessa lógica da rasura: sua escrita se constrói e se desfaz ao mesmo tempo, expondo falhas, lacunas e rupturas na linguagem. Se, na tradição literária, a mulher foi enquadrada como objeto de desejo, Hilst escreve a partir da falha desse enquadramento, produzindo um feminino que não pode ser plenamente capturado pelo signo. Sua linguagem não apenas desafia a gramática do simbólico, mas também resiste à fixação de um significado estável. Se a voz feminina foi historicamente silenciada ou moldada pelo discurso patriarcal, Hilst a reinscreve como instabilidade e fragmentação – uma voz que só pode emergir no próprio ato de seu apagamento.

Se o feminino, na teoria lacaniana, habita o não-todo, sua escrita encontra-se na borda do Real – aquilo que não pode ser plenamente simbolizado, mas insiste como um traço, um furo na linguagem. Hilst trabalha nessa margem do indizível, criando um texto que não apenas tensiona o sentido, mas se lança ao limite do dizível, no qual a palavra já não dá conta de abarcar o gozo e a pulsação do desejo. Se, para Lacan (1974-1975), o Real é aquilo que retorna no ponto da falha do simbólico, a escrita de Hilst não só revela essas falhas, mas as intensifica, expondo o desejo como aquilo que escapa à ordenação fálica.

Derrida (2008) propõe que os sistemas de significação não possuem um significado transcendental fixo, mas funcionam como um rastro imotivado – um jogo contínuo de remissões e adiamentos (*différance*). Hilst (2001) se inscreve nesse jogo, tensionando a relação entre palavra, corpo e desejo. Sua literatura não busca nomear o feminino, mas inscrevê-lo na falha, no deslocamento, naquilo que escapa ao fechamento do sentido. O feminino, em Hilst, não é um conceito a ser fixado, mas uma

presença errante que emerge no próprio ato da rasura. Sua escrita tensiona o simbólico ao instaurar um texto onde a palavra não se fixa, mas se refaz incessantemente, habitando um espaço entre o excesso e a falta.

Se Derrida (2008) propõe a rasura como aquilo que é simultaneamente escrito e apagado, Hilst (2001) transforma essa oscilação na própria estrutura de sua linguagem. A escrita do feminino, em seu texto, não é apenas aquilo que se manifesta na ausência de um significado fixo, mas um rastro em perpétuo deslocamento – uma presença errante que se faz no próprio ato de sua impossibilidade de fixação. Derrida sugere que a escrita não é mero suporte do sentido, mas um espaço no qual o significado se desfaz, reinscreve-se, perde-se. Hilst encarna essa lógica ao instaurar uma poética da falha, um texto que não se oferece como totalidade, mas como superfície instável no qual o feminino se escreve e se apaga ao mesmo tempo.

Lacan (1974-1975/2022), ao discutir o Real, o Simbólico e o Imaginário, sugere que há sempre algo que escapa à simbolização completa – uma lacuna, uma ausência que a linguagem não pode capturar totalmente. Hillé, como personagem, personifica essa falha na ordem simbólica, existindo em um espaço liminar que desafia as categorias estabelecidas de sentido e identidade. A própria forma do texto reflete esse deslocamento: a narrativa se fragmenta, os discursos se sobrepõem, os significados oscilam.

Nesse jogo entre presença e ausência, A escrita de Hilst (2001) ressoa com a noção de sêmióse proposta por Julia Kristeva (1982), na qual o discurso feminino emerge como fluxo, ritmo e instabilidade. Se o simbólico busca nomear e estruturar, o semiótico – ligado ao corpo e à pulsão – infiltra-se no texto como aquilo que resiste à organização patriarcal da linguagem. Em Hilst, essa presença semiótica se manifesta na materialidade do signo: na oscilação sintática, no excesso rítmico, na musicalidade pulsional que desafia a ordem discursiva e a linearidade da leitura. Esse trânsito entre o semiótico e o simbólico tensiona os limites do significado, instaurando no texto um espaço no qual a letra se desestabiliza e o corpo irrompe como gramática da escrita.

Se a tradição literária nos deu a mulher como objeto de desejo, Hilst (2001) reverte esse olhar: sua escrita dá à mulher um desejo ativo, devorador, profano. Seu feminino não aceita o olhar do outro – ele transborda,

inscreve-se na linguagem como excesso, como desordem, como rasura. Esse desejo feminino não é contido pela gramática do simbólico; ao contrário, ele a contamina, desfazendo suas bordas e expondo suas falhas. Como sugere Roland Barthes (1973), em um *texto de fruição*, o sentido não se fecha – ele se perde, provoca, arrasta o leitor para um espaço onde o prazer e a ruptura se confundem. Em Hilst, o texto não é um lugar de estabilidade, mas de vertigem, de errância, onde o feminino se escreve na falha, na lacuna, na impossibilidade de fixação.

Essa transgressão não está apenas no conteúdo, mas na própria estrutura da linguagem. Hilst (2001) rompe com a ordem simbólica ao desestabilizar o sentido, transformando a escrita em um território no qual identidade e discurso se dissolvem. Escrever, aqui, não é representar, mas performar o colapso da representação. O texto se torna um espaço de errância, no qual o feminino não se fixa, mas se refaz no próprio gesto da escrita. É nesse espaço de desconstrução que sua literatura se inscreve como rasura e abismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hilda Hilst não escreve apenas com palavras – sua literatura é corpo, pulsação, rasura e ferida aberta na página. Sua escrita não se estrutura em torno da lógica do sentido, mas no deslizamento da linguagem, na materialidade do gozo que se inscreve e se desfaz. Se a linguagem simbólica busca nomear e fixar, Hilst responde com um texto que desestrutura, que fala e se apaga ao mesmo tempo, instaurando uma escrita onde o feminino não se representa, mas se refaz no deslocamento do sentido.

Se Lacan (1972-1973/2010) propõe que “A mulher não existe”, pois o feminino não pode ser capturado pelo todo fálico, a escrita de Hilst transforma essa não-existência em presença, instaurando um texto que não se fixa, mas que se refaz incessantemente na oscilação entre excesso e ausência. Sua literatura não descreve o feminino – ela o faz acontecer no próprio corpo do texto, na fratura da linguagem, no ritmo pulsional que resiste à fixação simbólica.

Se a tradição tentou reduzir o feminino a um reflexo do desejo fálico, Hilst respondeu com um texto que subverte, que desestrutura, que inscreve na linguagem o feminino como errância, falha e rasura. Em

Irigaray (1995), a linguagem patriarcal é pensada como um espaço que molda o feminino como ausência, como reflexo do desejo do homem. Hilst desmonta essa estrutura ao instaurar um texto no qual o feminino não se organiza como falta, mas como excesso – um gozo que não se limita ao fálico, mas se espalha na escrita como pulsação, dissonância, descontinuidade. Seu feminino não aceita a contenção do signo – ele transborda, desestabiliza, desmonta, rasura o simbólico, instaurando na escrita um gozo que escapa à nomeação.

A escrita de Hilst continua desafiando leitores e pesquisadores. Estudos futuros podem aprofundar as relações entre sua poética e outros sistemas de linguagem que tensionam as fronteiras do simbólico, bem como sua influência na literatura contemporânea. Além disso, sua obra pode ser analisada em diálogo com outras formas artísticas – como teatro, performance e artes visuais, que também operam na fronteira entre o corpo, o desejo e o indizível.

Seu legado ecoa na literatura contemporânea, reverberando em escritoras que, assim como Hilst, desconstroem a linguagem e reescrevem o feminino na literatura. Mas sua escrita não apenas influencia – ela ainda perturba, ainda rasura, ainda se recusa a ser domesticada pelo sentido. Seu grito ainda ressoa – e continuará ressoando enquanto houver quem leia, quem escreva o feminino e quem se lance ao abismo das palavras para expressá-lo.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland. Barthes*. São Paulo: Edições 70, 2009.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *Traição de Penélope – uma leitura da escrita feminina da memória*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Tradução de Natália Guerellus; Raíssa França Bastos. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2022.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

FREUD, Sigmund. A feminilidade – Conferência XXXIII. In: FREUD, Sigmund. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Amor, sexualidade, feminilidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 313-348. (Trabalho original publicado em 1933).

FREUD, Sigmund. A questão da análise leiga. In: FREUD, Sigmund. *Obras incompletas de Sigmund Freud – Amor, sexualidade, feminilidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 193-272. (Trabalho original publicado em 1926).

FREUD, Sigmund. *Obras incompletas de Sigmund Freud – O infamiliar*. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Trabalho original publicado em 1919).

HILST, Hilda. *A obscena senhora D*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 2001.

HILST, Hilda. *Do desejo*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2004.

HILST, Hilda. *O caderno rosa de Lori Lamby*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IRIGARAY, Luce. *Este sexo que não é um sexo: sexualidade e status social da mulher*. São Paulo: Senac, 1995. (Trabalho original publicado em 1977).

KRISTEVA, Julia. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. Tradução de Thomas Gora, Alice Jardine e Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press, 1982.

LACAN, Jacques. *Encore*. Escola Letra Freudiana, 2010. (Trabalho original publicado em 1972-1973).

LACAN, Jacques. Lituraterre. In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 15-25. (Trabalho original publicado em 1971).

LACAN, Jacques. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise: Seminário, livro 2*. Tradução de M. D. Magno. Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1954-1955).

LACAN, Jacques. *R.S.I*. Tradução de Luc Matheron. Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, 2022. (Trabalho original publicado em 1974-1975).

ORTOLANO, Ana Elisa Volpato. A subversão da identidade na obra de Hilda Hilst. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, UFS, v. 42, jul-dez, p. 51-63, 2024.

IDENTIDADE COMO INFLUÊNCIA DE EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DE “ANA DAVENGA” EM *OLHOS D’ÁGUA*

Aysla Lúcia Ferreira¹

Mileidy Maiare de Sousa Barboza²

Leonardo José Freitas de Oliveira³

Maria Gabrielly Cosme dos Santos Martins⁴

Eldio Pinto da Silva⁵

Jéssica Girlaine Guimarães Leal⁶

INTRODUÇÃO

A literatura tem se consolidado como uma ferramenta poderosa ao ampliar as vozes de grupos historicamente negligenciados e conscientizar a sociedade sobre questões sociais. Conceição Evaristo destaca-se ao trazer para suas narrativas as vivências de personagens pertencentes a grupos marginalizados, reafirmando a importância de suas histórias como meio de resistência e transformação. Por exemplo, em sua obra *Olhos d’água*, Conceição Evaristo explora as experiências de mulheres de resistência e luta. Assim, quer-se destacar o conto “Ana Davenga”, a história de uma mulher negra que se confirma símbolo de liderança e resistência em sua comunidade. Enfrentando uma série de adversidades como a violência doméstica, racismo estrutural e opressão, Ana Davenga emerge como um ícone de força e resiliência, representando a luta e o empoderamento das mulheres negras. A narrativa não apenas denuncia as injustiças sociais, mas também celebra a capacidade de superação dessas mulheres ao destacá-las como protagonistas.

¹ Graduanda em Letras-Libras (UFERSA). CV: <http://lattes.cnpq.br/5358775456056732>

² Graduanda em Letras-Libras (UFERSA). CV: <http://lattes.cnpq.br/5915823894512705>

³ Graduando em Letras-Libras (UFERSA). CV: <http://lattes.cnpq.br/4510310537427295>

⁴ Graduanda em Letras-Libras (UFERSA).

⁵ Doutor em Estudos da Linguagem (Literatura Comparada) (UFRN). Professor de Teoria da Literatura e Literaturas (UFERSA). CV: <http://lattes.cnpq.br/0533479066362033>

⁶ Doutoranda em Ciências da Linguagem (UNICAP). Professora (UFCG). CV: <https://is.gd/PrHTuf>

Este estudo tem por objetivo investigar como a identidade e a representatividade atuam como fatores de empoderamento feminino no conto “Ana Davenga”. Para isso, a análise se justifica pela necessidade de dar visibilidade às vivências de mulheres negras, frequentemente silenciadas, e valorizar o papel da literatura afro-brasileira como meio de resistência e transformação social. Nesse sentido, o estudo propõe examinar as formas de opressão enfrentadas pela personagem e sua resistência às adversidades, além de construir a representatividade da protagonista como líder e modelo de empoderamento.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa com foco na análise textual de “Ana Davenga”, em *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo. A investigação inclui a leitura das passagens que exemplificam a representatividade e o empoderamento de Ana Davenga, além de uma revisão de teorias relevantes sobre a literatura afro-brasileira, representatividade e empoderamento feminino, estabelecendo conexões entre as ideias apresentadas e o objeto de estudo.

Entre os autores consultados estão Bell Hooks, com **“Olhares negros: raça e representatividade”**, onde se explora questões de raça e representação; Joice Berth em **“Empoderamento: Femininos Plurais”**, que discute como as mulheres se fortalecem e se afirmam em diferentes contextos; Maria Cruz com **“Empoderamento das mulheres”**, que examina as várias formas de empoderamento feminino; além de Azevedo e Silva em **“EMPODERAMENTO FEMININO: CONQUISTAS E DESAFIOS”**, abordam as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres no processo de empoderamento; Andreza Dantas em **“MULHERES NEGRAS: REPRESENTATIVIDADE, AUTOAFIRMAÇÃO E BELEZA NEGRA”**, que aborda a representatividade e a autoafirmação das mulheres negras.

Acrescenta-se também Schumacher com **“Histórias das Mulheres no Brasil”**, que fornece uma visão abrangente do papel e da evolução das mulheres ao longo da história brasileira; Cisne, Mirla e Ianael, Fernanda em **“Vozes de resistência no Brasil Colonial: O Protagonismo de Mulheres Negras”**, explorando a resistência e o protagonismo feminino negro no período colonial; Monteiro, Solange em **“Gênero, Neoliberalismo e a Precarização do Trabalho na Sociedade Brasileira”**, que analisa os

impactos do neoliberalismo na desigualdade de gênero no mercado de trabalho; Barreto, Maria com **“PATRIARCALISMO E O FEMINISMO: Uma retrospectiva histórica”**, reflexões sobre o patriarcalismo como uma estrutura fundamental das sociedades contemporâneas; Evaristo, Conceição em **“Insubmissas Lágrimas de Mulheres”**, que oferece uma visão profunda e poética sobre as histórias e as resistências das mulheres; e Fernandes, Camila em **“A Construção da Identidade de Aramides Florença: Da Alienação à Conscientização Sobre a Violência Masculina”**, que explora o processo de conscientização e transformação da personagem frente à violência de gênero.

Além disso, utiliza-se do Dicionário online de Português para a definição de “empoderamento”, que ajuda a esclarecer o conceito e a sua relevância; a crítica de Leonardo Campos **“CRÍTICA: “OLHOS D’ÁGUA” DE CONCEIÇÃO EVARISTO”**, na qual oferece uma análise detalhada da obra “Olhos D’água”; e passagens da Bíblia Sagrada, como a história da rainha Ester **“Ester 4:16”**, exemplo de liderança e coragem feminina.

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA: O CONTO “ANA DAVENGA”: O PROTAGONISMO NEGRO EM “ANA DAVENGA”

A literatura afro-brasileira ocupa um papel central na luta pela representatividade e na denúncia das opressões que atravessam a vida de grupos historicamente marginalizados. Conceição Evaristo, como uma das principais vozes dessa corrente literária, usa sua escrita para desvelar as desigualdades sociais e culturais do Brasil. Sua obra transforma a literatura em ferramenta de visibilidade para narrativas silenciadas, promovendo reflexões.

Em suas obras, os dilemas enfrentados pelas personagens de Conceição Evaristo refletem as desigualdades estruturais, mas também oferecem possibilidades de transformação. O conto “Ana Davenga” é um exemplo marcante dessa abordagem. No momento em que Ana alisa a barriga e reflete sobre o futuro de seu filho com Davenga, a narrativa destaca o contraste entre o sonho e a realidade:

Ana alisou a barriga. Lá dentro estava ainda a sua, bem pequena, bem sonho ainda. [...] E o filho dela e de Davenga?

Ah, isto pertence ao futuro. Só que o futuro ali chegava rápido. O tempo de crescer era breve. O de matar ou morrer chegava breve, também. E o filho dela e de Davenga? (Evaristo, 2018, p. 29).

Essa passagem ilustra a habilidade de Conceição Evaristo em conectar questões íntimas a problemáticas coletivas. A metáfora do “futuro que chega rápido” reflete a precariedade de brutalidade social e exclusão. Por meio dessas reflexões, a autora humaniza os dilemas vividos pela comunidade afro-brasileira.

Além disso, Conceição Evaristo utiliza “Ana Davenga” como veículo para aprofundar a discussão sobre o papel transformador da literatura. A partir dos desafios enfrentados pela protagonista, a autora explora questões ligadas à maternidade, aos sonhos e às incertezas que permeiam as realidades de mulheres negras em condições de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o futuro vislumbrado por Ana para seu filho simboliza tanto as limitações impostas por estruturas sociais quanto a resiliência em imaginar possibilidades diferentes.

Antes de analisarmos “Ana Davenga”, é essencial reconhecer que a construção de imagens de pessoas negras em diferentes formas de arte - como na música, pinturas e teatro - é um processo histórico que persiste até hoje. Esse fenômeno, enraizado em bases culturais seculares, resultou em representações distorcidas e muitas vezes prejudiciais. Hooks, uma importante autora e ativista, aborda essa questão de forma clara em um trecho onde expõe uma situação comum no audiovisual: “A mulher negra não identificada que aparece no filme, como um fantasma, olhando-se no espelho, não tem nome nem voz”. (Hooks, 2019, p. 79). Nesse trecho, a escritora expõe um cenário comum para personagens femininas negras do cenário artístico, onde essa figura não é relevante o suficiente para possuir um nome, sendo apenas adicionada como uma forma de suprir tal lugar. Há ainda as ocasiões onde o corpo dessa mulher é constantemente sexualizado por câmeras que captam sua forma seminua, de forma intencional para atrair o público e perpetuar mais uma vez uma imagem cheia de estereótipos e interpretações mal intencionadas. Bell Hooks (2019, p. 27) reflete:

Ao abrir uma revista ou um livro, ligar a TV, assistir a um filme ou olhar fotografias em espaços públicos, é muito pro-

vável que vejamos imagens de pessoas negras que reforcem e reinstituem a supremacia branca. Essas imagens podem ser construídas por pessoas brancas que não se despiram do racismo, ou por pessoas não brancas ou negras que vejam o mundo pelas lentes da supremacia branca — o racismo internalizado. É claro, aqueles entre nós comprometidos com a luta da libertação dos negros, com a liberdade e a autonomia de todas as pessoas negras, precisam encarar todos os dias a realidade trágica de que, coletivamente, realizamos poucas revoluções em termos de representação racial — se é que fizemos alguma.

Hooks discute que, através do racismo internalizado, a idealização de pessoas negras são um reflexo do olhar de pessoas brancas como a imagem propagada pelas diferentes mídias, dominadas por vários ideais racistas, como reforça a ideia de que negros não são capazes de ultrapassar a pobreza, a miséria e a violência que lhes são constantemente atribuídas. Isso não só impacta a percepção coletiva, criando uma certa individualidade entre essa comunidade e fazendo-os se enxergarem como inimigos, como também limita a criatividade e a expressão cultural das pessoas radicalizadas com a pintura, literatura, teatro, dança, etc.

Em *Olhos d'Água*, Ana Davenga é um exemplo emblemático dessa ressignificação de identidades, emergindo narrativas que desafiam esses paradigmas, colocando mulheres negras em papéis de liderança e resistência. Assim, se cria personagens que questionam normas de cor e de gênero, oferecendo aos leitores uma nova visão de possibilidades e sonhos. Como destaca o seguinte trecho, a personagem de Ana, no conto, demonstra um desejo e conforto na maternidade: “Ana Davenga alisou a barriga. Lá dentro estava a sua, bem pequena, bem sonho ainda”. (Evaristo, 2018, p. 22). Esse momento simbólico retrata a capacidade de Ana de enxergar um futuro próspero e repleto de possibilidades, mesmo em meio a desafios. Esse não é um cenário difícil de nossa realidade, mas sim, algo corriqueiro dentro das favelas brasileiras.

Conceição Evaristo utiliza histórias de mulheres como ferramenta para inspirar outras mulheres, demonstrando que as narrativas negras têm o poder de motivar transformações sociais. Daí, a importância de retratar a realidade social é inegável em um país onde a população em sua maioria tem raízes afrodescendentes. As histórias protagonizadas por mulheres

negras oferecem figuras de força e resiliência. Em “Ana Davenga”, os leitores encontram não apenas uma narrativa, mas um retrato das vivências de inúmeras mulheres negras no Brasil.

ESCREVIVÊNCIA COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO E DENÚNCIA SOCIAL

Conceição Evaristo traz um conceito inovador e poderoso: as *escrevivências*. Esse termo, criado pela autora, redefine o papel da escrita ao conectá-la às vivências de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres negras. Mais do que simples narrativas, as *escrevivências* são atos políticos que denunciam injustiças e fortalecem identidades por meio da literatura. Em entrevista à UEMG Unidade Davinópolis, Conceição Evaristo afirma:

C. E. – [...] aí eu usei o termo *escrevivência*, que na verdade quando eu usei *escrevivência* estou dizendo de uma escrita que nasce realmente de uma vivência, que não precisa ser minha vivência particular, né? É a vivência da comunidade, é a vivência do amigo que conheço... e que acabo também projetando como a minha vivência, a partir da experiência, né? [...], Mas *escrevivência* é isso, é essa escrita marcada pela vivência, que é marcada pela sua experiência (apud Oliveira; Sampaio; Silva, 2021, p. 8).

Essa perspectiva destaca a conexão entre o íntimo ao coletivo, transformando experiências reais em narrativas literárias de impacto. Conceição Evaristo reafirma a profundidade dessa conexão ao afirmar: “estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas”. (Evaristo, 2016, p. 7). A fusão entre vivências individuais e coletivas constitui a essência da *escrevivência*, criando uma literatura que é simultaneamente pessoal e universal, capaz de alcançar leitores de diferentes contextos e realidades.

Na obra *Insubmissas lágrimas de mulheres*, Conceição Evaristo explora a relação entre o vivido e o narrado, destacando que há sempre uma distância entre o acontecimento e sua representação literária. Essa lacuna, porém, não é um obstáculo, pelo contrário é um espaço que permite recriar e potencializar as narrativas:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Dá voz à outra, faço a minha, as histórias também. E, no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivo fica comprometido. E, quando se escreve, comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivo e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência*. (Evaristo, 2016, p. 10).

Neste sentido, a *escrevivência* se estabelece como uma ferramenta de reconstrução das memórias e experiências do povo negro, trazendo ao centro da literatura temas como racismo, desigualdade social e feminismo negro. Mais do que relatar vivências, Conceição Evaristo busca dar legitimidade e dignidade a essas histórias, rompendo com paradigmas que invisibilizam essas narrativas. Fernandes (2021, p. 377) reforça esse ponto ao destacar que, ao enfatizar a verossimilhança em suas histórias, Conceição Evaristo reafirma seu compromisso com a denúncia e a resistência contra opressões estruturais, especialmente a violência de gênero:

[...] a narradora enfatiza o distanciamento, o fosso que existe entre o escrito e o vivo. Entretanto, no último enunciado, ao observar que persiste no objetivo de “traçar uma *escrevivência*”, por meio do registro de histórias que simula terem sido por ela ouvidas, ela reafirma seu compromisso com a criação de uma literatura que simule histórias de seres “reais”, ou dito de outra forma, que criem o efeito de sentido de verdade, enfim, que sejam verossímeis, reafirmando seu compromisso, como veremos na análise do conto, com a denúncia contra a violência de gênero.

Leonardo Campos (2021) também destaca que as *escrevivências* de Conceição Evaristo equilibram crítica social e profundidade estética, criando obras que interagem de forma significativa com o leitor, sem abrir mão de seu impacto literário e político:

Pobreza, vulnerabilidade físicas e psicológicas, desigualdades sociais e outras *celeumas* conduzem as histórias que abordam as ‘*escrevivências*’ da autora, uma autêntica

crítica da sociedade, sem deixar nada a desejar no que tange aos elementos estéticos esperados de uma obra marcante. (Campos, 2021).

No conto “Ana Davenga”, o processo de aceitação da protagonista dentro da comunidade é árduo. Inicialmente rejeitada, Ana enfrenta o julgamento de um grupo masculino na qual acredita que, como mulher, sua presença comprometeria as operações e os objetivos do grupo. Essa situação reflete a persistência de uma realidade patriarcal enraizada, em que mulheres são frequentemente colocadas em posições de inferioridade. Como explicam Azevedo e Sousa (2019, p. 7):

Ainda hoje, as mulheres continuam sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade composta em suas raízes históricas de tradição machista, o patriarcalismo gerou uma sociedade que tem suas amarras muito forte ideologicamente, e essa tradição só reforça o status inferior das mulheres e impõe limitações sociais, que na verdade, são inexistentes. Na condição de mulher, muitas vezes são obrigadas a passar por testes maiores para provar que são qualificadas para determinado trabalho. Além de enfrentar o preconceito pela possibilidade de maternidade ou corpo frágil.

Apesar dessas barreiras impostas pelo patriarcado, Ana constrói sua liderança de exclusão em protagonismo comunitário, o que reflete em seu emponderamento Sua resistência e capacidade de liderança exemplificam o poder das *escrevivências*: transformar histórias de opressão em narrativas de resistência e mudança. Como destaca Dantas (2022, p. 18): “[...] um ato de empoderamento pode mudar a visão e as ações de uma comunidade em peso”.

O impacto de Ana Davenga vai além de sua própria trajetória. Sua história ecoa nas narrativas de outras mulheres que, assim como ela, transformam experiências individuais de luta em ações que inspiram e promovem mudanças sociais e empoderamento feminino. Esse é o poder das *escrevivências* de Conceição Evaristo: resgatar e celebrar vivências negras, femininas e resistentes, mostrando que as histórias de exclusão podem se tornar catalisadoras de justiça, igualdade e transformação social. Ao dar voz a essas histórias, a autora reafirma o papel essencial da literatura afro-brasileira na construção de uma sociedade equitativa e inclusiva.

EMPODERAMENTO FEMININO E REPRESENTATIVIDADE DE ANA DAVENGA: UM SÍMBOLO DE LIDERANÇA FEMININA E RESISTÊNCIA

Define-se “empoderamento” como “Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio”. (Empoderamento, 2025). Trata-se de um processo pelo qual um indivíduo ou grupo adquirem confiança, controle e autonomia para superar desafios e transformar suas realidades. No caso do empoderamento feminino, isso implica capacitar mulheres a romperem barreiras sociais, políticas e econômicas, promovendo sua plena participação na sociedade. Segundo Joice Beth (2019, p. 20):

Os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento.

Esse empoderamento não é apenas individual, como explica Cruz (2018, p.4), possui uma dimensão política que transforma relações de poder e desafia as estruturas de subordinação:

[...] o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação.

Exemplos históricos e literários contextualizam essas dinâmicas de empoderamento feminino. A figura bíblica de Ester, rainha da Pérsia, oferece uma narrativa icônica de liderança feminina. Sua determinação em salvar seu povo, mesmo sob risco de morte, ilustra o entrelaçamento entre coragem pessoal e apoio coletivo, como destacado em Ester 4:16:

Vá e reúna todos os judeus que estiverem em Susã, e jejuem por mim. Não comam nem bebam nada durante três dias, nem de noite nem de dia. Eu e as minhas servas também jejuaremos. Depois, irei falar com o rei, ainda que seja contra a lei; se eu tiver de morrer, morrerei. (Ester 4:16, Nova Almeida Atualizada).

Paralelamente, no âmbito da literatura brasileira, Conceição Evaristo traz, em *Olhos d'água*, a personagem Ana Davenga, que reflete a essência do empoderamento feminino em um contexto de adversidade. Assim como Ester, Ana enfrenta rejeições e desafios estruturais, transformando experiências pessoais de opressão em instrumentos de resistência. Em um momento crucial, ela reflete: “Ana sabia bem qual era a atividade de seu homem. Sabia dos riscos que corria ao lado dele. Mas achava também que qualquer vida era um risco maior era o de não tentar viver”. (Evaristo, 2018, p. 27). A resistência feminina, central à trajetória de Ana, conecta-se à definição apresentada por Schumacher (2006, p. 86, apud Cisne; Ianael, 2022, p. 5), as mulheres negras:

[...] procuraram elaborar e manejar mecanismos diversos de resistência e rebeldia, visando modificar suas vidas e a de seus familiares. Resistiram com uma inventiva obstinação e persistência, minando a escravidão e, em consequência, contrariando a idéia de que aceitaram com passividade a opressão imposta.

Esse contexto de luta é amplificado pelas análises sobre o patriarcado, que segundo Barreto (2004, p. 1): “[...] É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura”.

Dentro desse sistema, as mulheres são frequentemente relegadas a papéis subordinados, como ressalta Saffioti (apud Monteiro, p. 7). “[...] A mulher faz, portanto, a figura de elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher”. Ana Davenga emerge como um símbolo de liderança e resistência ao romper expectativas sociais e afirmar sua liderança em espaços tradicionalmente masculinos. Ao adotar o nome de seu companheiro, realiza um ato de ressignificação que demonstra força

e autonomia: “Ana resolveu adotar o nome dele. Resolveu então que a partir daquele momento se chamaria Ana Davenga. Ela queria a marca do homem dela no seu corpo e no seu nome”. (Evaristo, 2018, p. 27). Tanto Ester e Ana são exemplos marcantes de que o empoderamento feminino é uma jornada multifacetada, unida à coragem, liderança e transformação social. Enquanto Ester desafia as leis de seu tempo para salvar seu povo, Ana transforma as rejeições em força coletiva, reafirmando o impacto do empoderamento feminino na construção de novas realidades.

Ao refletir o empoderamento feminino em dimensões simbólicas e históricas, como no exemplo de Ester, vemos em “Ana Davenga” uma abordagem mais próxima das relações cotidianas e do contexto contemporâneo. Ana é uma líder inspiradora que promove mudanças nas relações de poder em sua comunidade. Enfrentando preconceitos e desconfianças, ela conquista o respeito e a confiança de homens e mulheres ao romper com o patriarcalismo. Sua liderança demonstra que o empoderamento feminino vai além de atender as necessidades básicas, promovendo a transformação social e a igualdade de gênero. Conforme Cruz (2018, p. 102):

Falar de empoderamento das mulheres é oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político e porque é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica, porque a desigualdade de gênero segue perene, e porque devemos perguntar sempre como reverter a complexa relação das mulheres com o poder, que, por centenas de anos, as tem marginalizado tanto no plano formal institucional como no cultural e simbólico.

Essa reflexão conecta-se diretamente à trajetória de Ana Davenga. A protagonista luta para ser reconhecida e respeitada como líder em uma comunidade predominantemente masculina, enfrentando preconceitos sociais profundamente enraizados. Mais do que superar suas próprias adversidades, Ana empodera outras mulheres ao seu redor, promovendo mudanças significativas e desafiando pensamentos que perpetuam a exclusão e marginalização feminina. Sua presença em espaços tradicionais masculinos, como no quartel-general do chefe, demonstra sua força e determinação em não ceder à rejeição, como se revela no conto:

[...] E, quando percebeu, viu que não poderia ter por eles indiferença. Teria de amá-los ou odiá-los. Optou por amá-los, então. Foi difícil. Eles não a queriam. Não era do agrado de nenhum deles aquela mulher dentro do quartel-general do chefe, sabendo de todos os segredos. Achavam que Davenga iria se dar mal e comprometer todo o grupo. (Evaristo, 2018, p. 24).

Esse trecho ilustra a habilidade de Ana em superar as antipatias iniciais, mas também sua capacidade de transformar um ambiente hostil em um espaço de convivência e colaboração. Ela desafia as normas sociais, ao mesmo tempo em que inspira outras mulheres a enxergarem as possibilidades de liderar em espaços que tradicionalmente lhes foram negados. A trajetória de Ana exemplifica o conceito de resistência, que transforma histórias pessoais de opressão em potentes instrumentos de conscientização social. Sua luta diária vai além da sobrevivência, ela busca ativamente acabar as estruturas sociais que eternizam a exclusão de gênero e raça. Sua determinação em construir respeito coletivo e reunir pessoas em torno de objetivos comuns reflete o impacto coletivo de seu protagonismo. No seguinte trecho, os autores discorrem sobre como a resistência é uma luta de um grupo minoritário a favor de uma grande mudança visível dentro do seu cenário social, usando o contexto de mulheres rebeldes em tempo de escravatura:

[...] procuraram elaborar e manejar mecanismos diversos de resistência e rebeldia, visando modificar suas vidas e a de seus familiares. Resistiram com uma inventiva obstinação e persistência, minando a escravidão e, em consequência, contrariando a ideia de que aceitaram com passividade a opressão imposta” (Shumaker, 2006, p. 86, apud Cisne; Ianael, 2022, p. 5).

Além de exercer liderança no presente, Ana também enxerga a possibilidade de um futuro melhor para as próximas gerações. A cena em que reflete sobre o futuro de seu filho com Davenga é especialmente simbólica: “Ana alisou a barriga. Lá dentro estava ainda a sua, bem pequena, bem sonho ainda [...] E o filho dela e de Davenga? Ah, isto pertence ao futuro”. (Evaristo, 2018, p. 29). Essa metáfora de “sonho ainda” conecta a luta individual de Ana à resistência coletiva, destacando as esperanças e

desafios enfrentados por mulheres negras no contexto de desigualdades. A maternidade aqui não é apenas um ato de continuidade, mas também de resistência ao ciclo de exclusão social que frequentemente priva as futuras gerações de possibilidades de prosperidade.

Essa visão de empoderamento individual e coletivo é oportuna para entender a profundidade da personagem Ana Davenga e do impacto transformador na obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo. Como em outras histórias da coletânea, a trajetória de Ana reflete a resistência e a luta diária das mulheres negras em contextos de exclusão, destacando a importância de trazer essas narrativas ao centro da literatura brasileira. Ao dar vida a personagens como Ana Davenga, Conceição Evaristo reafirma o poder da literatura como ferramenta de transformação social. A representatividade de Ana é um lembrete de que mesmo diante das adversidades mais desafiadoras, é possível resistir e transformar realidades. Ana Davenga, como símbolo de liderança e resistência supera a ficção e ecoa na vida de tantas mulheres que lutam por dignidade e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ana Davenga” apresenta uma narrativa profundamente significativa que denuncia as adversidades enfrentadas por mulheres negras e periféricas na sociedade brasileira. Ao abordar temas como violência, racismo e desigualdade de gênero, Conceição Evaristo não apenas expõe injustiças sociais, mas também celebra a força dessas mulheres em sua luta por reconhecimento e justiça. A escrita da autora, sob uma lente feminina negra, transforma histórias de opressão em potentes instrumentos de resistência, reflexão e inspiração para mudanças sociais.

A análise da trajetória de Ana Davenga revelou como a personagem supera um ambiente hostil e preconceituoso, inicialmente dependente da proteção de Davenga, seu companheiro, para se sentir segura. Porém, sua resiliência e determinação destacam sua verdadeira força: a habilidade de transformar preconceitos em respeito e de redefinir seu papel dentro da comunidade. Ao conquistar a confiança e o reconhecimento do grupo, Ana supera sua condição inicial de vulnerabilidade, tornando-se um

símbolo de liderança e empoderamento. Esse crescimento é representado na celebração de seu aniversário, um momento marcante que reflete sua integração e importância para o grupo.

Esse processo reflete o poder das *escrevivências* que, conforme analisado neste estudo, excede registros individuais para ecoar como ferramentas coletivas de denúncia e transformação social. A jornada de Ana Davenga é um exemplo de resistência e construção de pertencimento, reiterando o papel das mulheres negras como protagonistas de suas histórias, capazes de desafiar narrativas opressoras e inspirar mudanças significativas. Conceição Evaristo, ao destacar essa resistência de Ana Davenga, reafirma a importância de dar visibilidade às histórias das vivências negras femininas como meio de construir uma sociedade mais inclusiva e solidária.

Além disso, a trajetória de Ana conecta empoderamento individual às transformações dentro da sua própria comunidade. Sua história nos ensina que o desenvolvimento da autoconsciência e a valorização pessoal podem impactar diretamente as relações sociais, gerando ações coletivas que contribuem para um ambiente mais justo e igualitário. Nesse sentido, “Ana Davenga” vai além da ficção, oferecendo uma narrativa que ultrapassa as páginas da literatura para promover reflexões e ações no mundo real.

Este estudo reafirma a relevância da *escrevivência* de Conceição Evaristo como um espaço essencial de denúncia, resistência e reconstrução de valores. Vale salientar que as *escrevivências* desafiam as estruturas opressivas, dando visibilidade às narrativas de mulheres negras que foram historicamente silenciadas. Essa leitura, ao mesmo tempo em que dialoga com as desigualdades do passado e do presente, também aponta para um futuro de maior inclusão e justiça social.

Em suma, “Ana Davenga” não é apenas uma narrativa de *escrevivência*, é uma inspiração para a construção de uma convivência mais humana e solidária, que valoriza a força e a resiliência da mulher em busca de empoderamento, elementos presentes em todas as histórias de resistência. Portanto, “Ana Davenga” se consolida como símbolo de mulher empoderada, de resistência e de liderança. A partir da experiência individual de Ana Davenga, Conceição Evaristo mostra que a força pessoal pode impactar em mudança coletivas, reafirmando a importância da representatividade e do protagonismo negro na literatura e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Mileane Andrade; SOUSA, Luciano Dias De. Empoderamento Feminino: conquistas e desafios. SAPIENS: **Revista de divulgação científica** UEMG CARANGOLA, Minas Gerais, v. 1, 2. ed., 2019. Disponível em: <<https://is.gd/V04199>>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. **Revista Ártemis**, v. 1, p. 1, 2004. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BERTH, Joice. **Empoderamento: Femininos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <<https://is.gd/gEVanV>>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BÍBLIA SAGRADA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Nova Almeida Atualizada. 3. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.
- CAMPOS, Leonardo. **CRÍTICA**: “Olhos D’água” de Conceição Evaristo. Plano Crítico, [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://is.gd/kFNUDD>>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://is.gd/p6QDQD>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- CRUZ, Maria; LEÓN, Magdalena. **Empoderamento das mulheres**. 2. ed. Brasília, DF: Inc. Soc., 2018. v. 11, p. 101-114.
- DANTAS, Andreza Rodrigues. **Mulheres negras**: representatividade, autoafirmação e beleza negra. Redenção, CE: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.
- EMPODERAMENTO**. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <<https://is.gd/1dS9Gl>>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- EVARISTO, Conceição. **Ana Davenga**. In: Olhos d’água. 2. ed. São Paulo: Pallas, 2018. p. 21- 31.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016. p. 8-18.
- FERNANDES, Camila. A construção da identidade de Aramides Florença: Da alienação à conscientização sobre a violência masculina. In: **Revista Entreletras**. V.12, N. 3, Set./Dez. 2021, Araguaína, p. 375-395, 2021.
- HOOKE, Bell; BORGES, Stephanie. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: <<https://is.gd/oi58VX>>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Gênero, neoliberalismo e a precarização do trabalho na sociedade brasileira. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1469-1482, nov. 2020. DOI: <https://is.gd/MmaM3v>. Disponível em: <<https://is.gd/p6QDQD>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo; SILVA, Olívia Aparecida. **Entre e para além da literatura:** um estudo da noção ‘escrivência’, de Conceição Evaristo. Davinópolis: UEMG, 2015. Publicado em: Nau Literária: crítica e teoria da literatura em língua portuguesa, PPG-LET UFRGS, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>> . Acesso em: 23 mar. 2025.

SCHUMACHER, Schuma. **História das Mulheres no Brasil.** Organizado por Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 2006.

ELIZANGELA MOURA: NARRATIVA BIOGRÁFICA DE UMA EDUCADORA DEDICADA

Liliane Rodrigues de Almeida Menezes¹
Francisca Rodrigues Lopes²

INTRODUÇÃO

A escrita narrativa envolve a contação de histórias que podem ser reais ou imaginárias. As histórias reais narram fatos acontecidos em uma linha temporal que pode ser curta, como uma viagem, por exemplo, ou longa, como a história de uma vida toda. Neste caso são as narrativas biográficas – escritos sobre a vida de uma pessoa ou autobiográficas – escritos sobre a própria trajetória do autor. A escrita narrativa de histórias imaginárias tem a literatura como a sua base, onde geralmente tem uma personagem cuja saga é descrita ao longo de todo o romance.

De acordo com Matos (s/d) a biografia é um gênero textual narrativo que relata as principais experiências, ações e fatos da vida de determinado indivíduo, no intuito de popularizar esse saber. É um gênero textual que relata a vida de uma pessoa importante e/ou conhecida socialmente, apresentando suas principais ações e experiências, bem como seus legados. Neste capítulo, buscamos apresentar a biografia da professora Elizangela Moura, uma mulher que, no auge de seus cinquenta anos, é uma referência na área da educação e atualmente assume o cargo de Secretária Municipal de Educação na cidade de Araguaína no Estado do Tocantins.

A decisão de escrevermos sobre a professora Elizangela Moura se firmou na medida em que fomos percebendo a dimensão do seu trabalho e do impacto deste na comunidade educacional. Ela não é apenas uma gestora pública, é uma mulher que luta pela melhoria da qualidade do ensino e pela valorização dos educadores, desempenhando um papel crucial na formação das futuras gerações. Sua trajetória é um testemunho de determinação e competência, servindo como um exemplo a ser seguido, por isso escrever a sua biografia foi uma tarefa nos encheu de entusiasmo

¹ Mestrado em Educação (UFT). Docente (UFNT). CV: <https://is.gd/9L9nGc>

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP). Docente (UFNT). CV: <https://is.gd/ZUlx0z>

e, ao mesmo tempo, de responsabilidade, pois a sua trajetória mostra que, mais que as realizações, é a vida de uma mulher que se dedica a transformar a educação e a inspirar outras mulheres a perseguirem seus sonhos.

O objetivo de ladrilhar a trajetória de uma educadora que tanto tem inspirado é evidenciar o trabalho desempenhando por ela ao longo dos anos, o que construiu o legado de sua vida inteira dedicada à educação, e que precisa ser registrado para que a memória não se perca e para que venha a motivar outras pessoas a também se dedicarem à educação.

A coleta de informações para a escrita da biografia de Elizangela Moura se deu por meio de uma pesquisa qualitativa que, com base nos objetivos, é descritiva e com procedimentos participante, uma vez que nossa personagem biografada participou ativamente, oferecendo imagens e informações sobre a sua trajetória. Para isso a entrevistamos presencialmente, no dia 8 de outubro de 2024, no seu gabinete na Secretaria Municipal da Educação. Além do conteúdo oferecido pela própria autora, ouvimos o relato de outras pessoas que a conhecem e que convivem com ela.

Este texto biográfico está estruturado da seguinte forma: primeiro apresentamos um pouco de sua infância e a formação inicial, onde se formaram as bases de sua profissão como professora; em seguida, abordamos a formação acadêmica que a preparou para os desafios da vida profissional e para a produção intelectual; nas considerações destacamos sua contribuição de cidadã comprometida com o progresso educacional. Estes itens foram intersectados por depoimentos de pessoas que trabalharam e conviveram com a nossa personagem biografada.

A INFÂNCIA E A FORMAÇÃO DE UMA PROFESSORA QUE MARCA VIDAS

Elizangela Silva de Sousa Moura, nasceu na cidade de Colinas, Estado do Tocantins, em 11/07/1974 e é a mais nova dos 06 (seis) irmãos, filhos de Antônio Mendes de Sousa e Maria Silva de Sousa. Mudou-se para a cidade de Araguaína com um ano de vida e ali permaneceu, onde construiu sua família e carreira profissional. Ela nos disse que:

- Desde criança, sempre fui apaixonada pelos livros e amava contar histórias. Ainda sem a alfabetização, eu já mostrava o gosto pelo aprendizado e muito mais por ensinar, brincava de

dar aulas e, já frequentando a escola, decidi que a educação era a área profissional que me faria feliz. (Elizangela Moura).

Elizangela Moura veio de família simples e estudou o Ensino Fundamental em escola pública. Como já tinha inclinação para ser professora, conseguiu a sua formação no curso de Magistério, graças a uma bolsa de estudos que ganhou em uma escola particular de Araguaína. Assim, aos 18 anos, assumiu seu primeiro concurso público estadual como educadora, iniciando a sua profissão como professora da Educação Infantil e só anos depois, foi que adquiriu experiência também como Professora do Ensino Fundamental e Universitária.

Desde a infância, Elizangela Moura manifestava um intenso desejo de estudar. Contudo, na época, o ingresso nas escolas públicas só era permitido a partir dos sete anos de idade. Ela demonstrou grande fascínio pelos livros, adorando folheá-los e inventar histórias. Seu avô acreditava que ela já sabia ler, mas, na verdade, tratava-se apenas de uma profunda vontade de aprender.

Vontade de aprender a prender! Sim, esta é a principal característica de Elizangela. Aprender a ler o mundo, as pessoas, as situações, os desafios e, sobretudo aprender a superar as dificuldades para tornar-se professora para ensinar, para acolher, para transformar e construir com outros. Uma ex-colega de trabalho deu o seguinte depoimento:

- É com imensa alegria que dedico estas palavras à querida Prof.^a Elizangela. Desde o primeiro contato que tivemos, percebi que estava diante de uma pessoa extraordinária. Sua bondade, generosidade e sabedoria iluminam a vida de todos ao seu redor. A maneira como ela se dedica aos outros, sempre disposta a ouvir e ajudar, é verdadeiramente inspiradora. Eu, em particular, considero os seus cuidados como os de mãe. Sempre aconselhando e guiando para o caminho certo. Seu conhecimento profissional é de vida são inspiradores. É uma amizade que pretendo manter por toda a vida. Quando recebi a notícia que não iríamos mais trabalhar juntos e compartilhar diariamente de bons momentos, senti muito por isso. Sinto muita saudade dos seus “bons dias” carregados de alegria e energia verdadeira. Mas sei, também, que a vida é feita de ciclos e que esse foi apenas o encerramento de um ciclo, dentre diversos outros que ainda estão por vir. Além da saudade que pulsa no peito, carrego no coração a gratidão eterna por todas as ótimas

experiências que me oportunizou! Professora Elizangela, desejo que Deus abençoe a sua vida sempre, onde quer que você vá e com quem você estiver. Que todas as bênçãos divinas sejam sobre sua família também. Por fim, com lágrimas nos olhos, encerro esse pequeno texto e mais uma vez agradeço por todo carinho! “Gratidãooooo!” (Waleks Sousa).

Como professora, atuou por doze anos no Curso de Pedagogia do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC) de Araguaína-TO, onde ministrou as disciplinas de Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos, Gestão Escolar e TCC. Desde 1992 é integrante do quadro de servidores da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins, atuando como Docente, Supervisora, Coordenadora e Diretora Regional de Ensino. Além disso, exerceu a função de Pedagoga no Núcleo Pedagógico da Faculdade Católica Dom Orione e como Coordenadora Geral do Colégio Santa Cruz, no período de 2011 a 2021. Desde 2021 exerce o cargo de Secretária Municipal de Educação de Araguaína -TO.

Em 2014, recebeu o Título de Cidadã Honorária Araguaíense pelos bons e relevantes serviços prestados à população de Araguaína, acima de tudo pelo exemplo de cidadã, esposa e mãe. Ela nos disse que:

- Toda minha família venceu pela força da educação e, por isso, sou tão apaixonada por tudo que essa área agrega ao ser humano. Algo que sempre procurei manter vivo na minha profissão é o carinho e o respeito pelo outro, pelos alunos e sigo acreditando que a educação pode ajudar a possibilitar melhoria de vida. Sou muito realizada por ser professora. (Elizangela Moura).

Imagem 1: Formação Pedagógica na Faculdade Católica Dom Orione, ano 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da biografada.

Um ex-colega de trabalho, falando sobre Elizangela Moura a chamou de “Mulher de luz” e acrescenta: *“Serviu por amor à Araguaína na Secretaria de Educação, transmitindo Amor as crianças mesmo não conhecendo os pais e a todos os servidores. Gratidão por semear a educação na cidade de Araguaína. Parabéns por ter contribuído na vida de tantas crianças durante a caminhada educacional. Deus abençoe”*. (Elder Araujo). Mas não é só a própria Elizangela que se sente realizada no desempenho de seu trabalho. As pessoas que trabalham com ela também se sentem, como podemos ver nas palavras de outra colega de trabalho.

- Trabalhar com a professora Elizangela Moura foi, sem sombra de dúvidas, uma das experiências mais enriquecedoras de minha carreira. Ser liderada por uma profissional tão competente, educada, generosa e humana foi um presente que pude desfrutar por quatro anos. A convivência com ela me trouxe inúmeros aprendizados, já disse, inclusive, que ela foi escola para mim. Ninguém que eu conheça conduz ou participa de um evento com uma fala tão contagiante, carismática e empoderada como a dela. Hoje, todas as vezes que preciso usar a fala em alguma situação formal, fico imaginando: O que a professora Elizangela diria neste momento? É de uma sapiência, empatia e humanidade incomparáveis! Até suas broncas e “nãos” são com leveza e muito respeito. Só tenho a agradecer a Deus pela oportunidade de conhecê-la, de conviver e aprender tanto com ela. Professora Elizangela deixou seu legado na educação municipal de Araguaína, repleto de muitas conquistas e reconhecimento estadual, regional e nacional. Ficou em mim a saudade de seu sorriso e seu “bom dia, Leicy linda”! Mas a convicção de que fazemos educação e respiramos educação, traz-me a certeza de que nossos caminhos ainda se cruzarão onde quer que estejamos! Deixo aqui meu abraço carinhoso e gratidão eterna pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional! Sigamos na certeza de que nos encontraremos em outros projetos! Bjos. (Leicijane Barros).

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

A formação acadêmica teve início pela graduação em Letras no ano de 1993 e, depois em Pedagogia em 2006, ambas realizadas na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Em 2000 fez Especialização em Formação

de Formadores em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília (UnB). Em 2005 fez outra Especialização em Gestão Educacional e Metodologia do Ensino de Linguagem para as áreas de Língua Portuguesa, Artes e Educação Física, pela Educon (Educação Continuada Ltda), um dos primeiros institutos a oferecer cursos à distância na região.

O sonho de realizar uma Pós-Graduação *Stricto Sensu* só foi possível bem depois, em maio de 2019, quando concluiu o Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). A sua Dissertação teve como título: “Alfabetizar em contextos de cibercultura” e ela justifica o tema escrevendo que:

Atualmente, para ser considerado alfabetizado, é necessário ir além da aquisição e da decodificação de signos, tendo em vista que a sociedade atual apresenta um alto avanço tecnológico, aumento de informação e acesso às tecnologias de informação e de comunicação, o que torna urgente e necessário ao indivíduo o domínio dos códigos das diversas linguagens presentes na sociedade contemporânea e em tempos de cibercultura e ciberespaço (Moura, 2019, p. 09).

Através da pesquisa de Mestrado ela buscou identificar a concepção dos professores alfabetizadores da escola quanto ao uso das mídias digitais, no processo de alfabetização e apresentou proposições didáticas para serem realizadas com os alunos a partir de recursos lúdicos e tecnológicos, que contribuem para o processo de alfabetização, como, por exemplo os seguintes jogos:

1. **Encontre as Letras.** É um protótipo de *game* infantil onde o aluno, ao clicar no ícone “Play”, terá um palco com várias imagens relacionadas à tecnologia e redes sociais e uma delas será sorteada e mostrada na parte superior do *game*. O seu objetivo é clicar nas imagens distribuídas que são iguais ou na letra que representa o ícone informado. (Conferir em MOURA, 2019, p. 52).
2. **Ache as palavras** - Game de Passa-Tempo no velho estilo caça palavras, está dividido em níveis, e a cada nível jogado é liberado o próximo nível, com a proposição didáticas dos jogos anteriores e palavras de contextos do mundo tecnológico. (Conferir em MOURA, 2019, p. 54).

3. **Abecedário com ícones midiáticos.** Este, sem dúvidas foi o que mais chamou a atenção. Pois as crianças que hoje chegam à sala de aula, pertencentes à geração *Centennials*, vivem em uma sociedade midiaticizada e convivem, desde cedo, com um ambiente repleto de informação e estímulos sensoriais. E se o mundo é permeado de tecnologia da informação, a sala de aula também deve fazer uso de todos os aparatos tecnológicos desde a alfabetização. (MOURA, 2019, p. 55).

Imagem 1: Abecedário com ícones midiáticos

Letra do Alfabeto	Ícone Midiático	Significado	Letra do Alfabeto	Ícone Midiático	Significado
A		Android	N		Net
B		Bing	O		Office
C		Chat	P		Pinterest
D		Dislike	Q		Quic Time
E		Evernote	R		Ram
F		Facebook	S		Skype
G		Google Fotos	T		Twitter
H		Hangouts	U		Usb
I		Instagram	V		Vine
J		Java	W		WhatsApp

Letra do Alfabeto	Ícone Midiático	Significado	Letra do Alfabeto	Ícone Midiático	Significado
K		Kickstarter	X		Xp
L		Linked - In	Y		Youtube

Fonte: Dissertação de Elizângela (2019, p. 57).

Além destes trabalhos, Elizângela Moura publicou diversos artigos referentes a importância das tecnologias na Educação, capítulos de livros, resumo publicados em Anais de eventos e outros trabalhos na área da educação voltados para os vários níveis de ensino. Vale destacar alguns destes trabalhos:

Ano	Título do trabalho	Periódico
2011	A didática da arte de contar histórias infantis: da realidade ao direito de sonhar e aprender.	VI Jornada Científica do ITPAC (Anais do Evento)
2011	Uma reflexão sobre a educação a distância e a relevância de um material didático de qualidade.	VII Jornada Científica do ITPAC (Anais do Evento)
2011	As políticas públicas e as suas contribuições para o processo da gestão escolar	Revista São Luís Orione
2012	O impacto da gestão democrática no processo de ensino e aprendizagem.	VIII Jornada Científica do ITPAC (Anais do Evento)
2013	A participação do pedagogo no âmbito empresarial	Revista São Luís Orione
2013	Os cantos de aprendizagem e suas contribuições para a educação infantil.	XII Jornada Científica do ITPAC (Anais do Evento)
2013	Um olhar sobre a importância da música na educação infantil.	XIII Jornada Científica do ITPAC (Anais do Evento)
2014	Saberes docentes - tecendo caminhos para o ensino, formatando olhares para o mundo.	Editora Zamoner
2015	Direitos fundamentais e novos direitos: regulamentação e judicialização de algumas demandas sociais.	Editora PUC - Goiás

Ano	Título do trabalho	Periódico
2017	Políticas Curriculares para o Ensino Fundamental: instrumentos legais orientadores de sua construção.	Editora CRV
2019	Alfabetizar na Era Digital: Um apelo à realidade.	Revista Ciências Humanas, Ed. e Desenvolvimento Humano
2019	Formação de educadores para a Educação Infantil: desafios de alfabetizar a geração Centennials.	Revista Humanidades e Inovação
2019	O Público Infantojuvenil na era das mídias digitais e sua relação com a leitura literária	Revista Renefara/Uniaraguaia.
2019	O Livroclip como estratégia midiática de incentivo à Leitura Literária	Revista Linguagem, Educação e Memória.
2019	A criança da era das mídias digitais e suas relações com a leitura Literária	Editora Atena
2021	A Educação Superior em tempos de Pandemia da Covid 19: Desafios às novas modalidades de ensino	Revista Uniaraguaia.

Para Elizangela Moura, hoje mais do que nunca, é preciso repensar a prática escolar vigente, pois o processo de alfabetizar não deve ocorrer através de um só método, mas através de uma série de estratégias de ensino. O professor também deve fazer uso da tecnologia, pois a mesma faz parte do contexto do aluno, e se for usada de forma planejada no processo educativo certamente irá criar e oportunizar novas possibilidades pedagógicas.

Ao concluir o mestrado em 2019, Elizangela disse que jamais esquecerá da luta de seus pais para educar ela e seus irmãos e de quando seus pais (*in memorian*) diziam: “*minha herança são vocês filhos e o que posso oferecer a vocês é o estudo*”.

Imagem 2: Defesa da Dissertação do Curso de Mestrado em Educação 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da biografada.

Em 2021, Elizangela Moura assumiu o cargo como Secretária Municipal de Educação. A pasta é responsável pela gestão dos sistemas infantil e fundamental de ensino, contribuindo para a formação do cidadão e sua inclusão social. Ao assumir este cargo, encontrou inúmeros professores da rede que tinham sido seus alunos no Curso de Pedagogia e, apesar de pertencer a outra rede de ensino, foi calorosamente acolhida, pois seus ex-alunos, que também são colegas de profissão, trazem viva a lembrança de sua paixão e comprometimento para com a prática pedagógica. A atuação de Elizângela Moura deixou marcas positivas em sua formação profissional, sendo ela responsável por ministrar diversas “aulas da saudade” e, inclusive, por dar seu nome a algumas turmas de formados.

Mesmo com a pandemia do Coronavírus, que impactou na educação, Elizangela Moura assumiu o cargo se dedicando e realizando muitos trabalhos frente a secretaria: subsidiando todo o trabalho pedagógico, promovendo a busca ativa dos alunos, dando suporte aos professores, monitorando o atendimento ofertado, se esforçando para que a transformação social aconteça na educação municipal, através de melhorias na vida de todos os que participam deste ambiente educacional.

O trabalho e as ações desta Professora, tem feito a diferença na Secretaria Municipal de Educação, pois é uma gestão pautada em uma educação democrática, crítica e comprometida com os princípios de solidariedade e justiça social, capaz de ouvir as pessoas que participam da realidade, discutir e colocar como perspectiva a possibilidade de mudar essa realidade. Elizangela tem trabalhado para aprimorar a educação do

município com enfoque na melhoria de estruturas físicas das escolas, redução da evasão, fortalecimento da carreira de professor e ofertando mais formação continuada, entre outros projetos.

A Professora trabalha e colabora, estabelecendo metas de políticas pedagógicas para que as instituições de ensino, em Araguaína -TO, possam melhorar ainda mais a nota do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Para isso, foca no trabalho em equipe, no envolvimento de todos com a questão e no trabalho contínuo que depende de planejamentos, metas e parceiras estratégicas.

Imagem 3: Jogos da Educação 2022.



Fonte: Arquivo pessoal da biografada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em novembro de 2024, o município de Araguaína recebeu a classificação selo ouro, no Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização emitido pela Unicef. Este reconhecimento reflete a dedicação inabalável de Elizangela Moura, sua notável competência e o profundo amor que permeia sua atuação. Sua liderança transformadora tem sido um marco na história da educação em Araguaína, promovendo mudanças que transcendem os números e estatísticas, são transformações que tocam vidas, resgatam sonhos e pavimentam o caminho para um futuro mais equitativo e promissor para nossas crianças e jovens. Trata-se de um trabalho verdadeiramente inspirador, como podemos ver pelo depoimento seguinte.

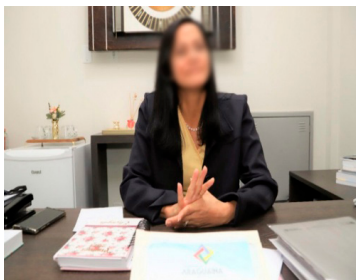
- A professora que conhece a educação em toda a sua complexidade”. A professora Elizangela traz em sua essência o saber didático e a linguagem educacional que motiva a todos. Ela possui um pensamento humano e uma traje-

tória de vida que demonstra, de fato, como a educação é transformadora. Tenho muito orgulho da sua amizade e de ter trabalhado com ela durante o período em que esteve à frente da educação da cidade de Araguaína. Ela plantou em todos o pensamento de fazer o máximo possível e o sentimento de união; a palavra “JUNTOS” a define bem. Meu máximo respeito e admiração por ela como ser humano, como profissional e, com muita honra para mim, como minha amiga”. (Renan Burjaque Amorim).

A sua habilidade de congregar esforços, escutar as demandas da comunidade e implementar soluções inovadoras constitui um modelo exemplar de gestão comprometida e eficiente. Sob sua visão estratégica, Araguaína consolidou-se como referência em políticas públicas educacionais, promovendo a valorização e o crescimento de nossos alunos e professores.

A conquista do Selo Unicef não se limita a um reconhecimento individual, mas simboliza a excelência de uma equipe conduzida com maestria por Elizangela Moura. Este feito representa um marco histórico para nossa cidade e evidencia que, com dedicação e propósito, é possível alcançar realizações grandiosas e duradouras.

Imagem 4: Elizangela em sua sala e recebendo o Selo Unicef, em 26/11/2024



Fonte: Arquivo pessoal da biografada.

Em sua trajetória profissional, Elizangela Moura pôde ver as dificuldades e melhorias do ensino, assim, várias situações a fizeram refletir sobre sua ação no processo de ensino-aprendizagem, sempre com um sorriso no rosto, tem o prazer de transmitir o conhecimento para todos os que a rodeiam, e que, de alguma maneira, se sensibilizam com seu comprometimento social.

A Secretária Municipal de Educação, traz consigo exemplos de Paulo Freire que diz: *“Se aprende na relação com o outro, no diálogo, na aproximação dele com o conhecimento do outro”*. E isso tem feito a diferença no trabalho realizado no município, pois além da sua competência e otimismo, os servidores se sentem motivados em trabalhar com uma pessoa humana, que trata todos com respeito e acredita que, quando se trabalha em equipe e com entusiasmo sempre se faz mais!

A trajetória de Elizângela Moura na educação é marcada pela paixão, dedicação e um compromisso profundo com a transformação social. Ao longo de sua caminhada como professora, coordenadora e gestora, ela foi construindo uma identidade profissional sólida, sempre movida pela crença de que a educação é o principal instrumento para abrir caminhos e oferecer oportunidades. Sua história reflete desafios superados e inúmeras conquistas, fruto de um trabalho incansável e de um olhar sensível para as necessidades da comunidade escolar.

Elizângela acredita que ensinar é muito mais do que transmitir conhecimentos: é acolher, inspirar e promover o desenvolvimento integral do aluno. Em cada função que assumiu, ela se destacou por valorizar o diálogo, a empatia e o trabalho coletivo, acreditando que uma educação de qualidade se constrói a partir da colaboração e da escuta ativa. Seu compromisso com a formação humana vai além da sala de aula, buscando também fortalecer os vínculos entre escola, família e sociedade. Vejam o que diz mais uma de suas companheiras de trabalho:

- Falar de Elizângela Moura como profissional não é nada fácil. Os anos que ao lado dela fiquei trabalhando me mostraram que tudo que se determina a fazer, é feito de forma responsável e sempre buscando resultados efetivos. Ela é um exemplo a ser seguido, pois sua dedicação é incansável, aliada à sua notável competência. É inspirador testemunhar como ela enfrenta desafios com determinação e sempre busca a excelência em tudo que faz. Seu comprometimento é notável e contribui significativamente para o sucesso da equipe na qual está inserida. São profissionais como Elizângela Moura que realmente fazem a diferença para conquistarmos uma sociedade melhor. Reforço ainda que a admiração não foi conquistada somente pelo seu trabalho, mas principalmente pela forma com a qual o conduz. Aproveite esse espaço para expressar a minha mais sincera

admiração pelo profissionalismo de excelência deste ser chamado **Elizangela Moura**, que é digno de ser chamado de **HUMANO**. (Maria das Graças A. M. Andrade).

Como Secretária Municipal de Educação, Elizangela tem se dedicado a enfrentar desafios estruturais e pedagógicos, com foco na melhoria das condições de ensino e na valorização dos profissionais da educação. Mesmo em meio a contextos adversos, como a pandemia, sua gestão tem sido marcada pela busca constante de soluções criativas e pelo esforço em garantir que a aprendizagem chegue a cada aluno.

Com uma postura sempre positiva, acessível e humana, Elizangela inspira colegas e servidores a acreditarem que a educação pode, sim, transformar vidas. Seu trabalho é pautado por uma visão democrática e inclusiva, que promove a equidade e o respeito às diferenças. A cada novo projeto e iniciativa, ela reafirma sua crença de que a educação é uma jornada contínua de aprendizagem e que, juntos, é possível construir um futuro mais justo e esperançoso.

Sua trajetória é um exemplo vivo de que quando se educa com amor e responsabilidade, o impacto vai muito além do espaço escolar, gerando frutos na vida de cada estudante e contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e solidária. Elizangela Moura seguirá sendo uma referência para todos aqueles que acreditam que a educação é uma missão capaz de transformar o presente e projetar um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Márcia. **Biografia**. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/biografia/>. Acesso em: 15 out. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas 2002.
- MATOS, Talliandre. **Biografia**: O que é, Características, Estrutura, Tipos. Em: <https://is.gd/Etct7l>. Acessado em: jan. 2025.
- MOURA, Elizangela Silva de Souza. **Alfabetizar em contexto de Cibercultura**. 2019, 72 páginas. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína-TO, 2019.
- SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.
- WEBER, Vanessa. O Método Biográfico na investigação das Identidades Profissionais Docentes. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.7, n.13, p. 43-56, abr. 2019.

A INSERÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO

Ana Beatriz Zanchetta¹

Ana Julia Mene Biffi²

Beatriz dos Santos Munaretti³

Nicole Silva Cardoso⁴

Heloísa Maria Palácio⁵

Isabela Bazzo da Costa⁶

INTRODUÇÃO

Não é segredo para ninguém que a inserção da mulher no ramo rural nunca foi fácil, pelo simples fato de haver uma grande desigualdade de gênero. Com o passar do tempo, as mulheres vêm conquistando espaço na agricultura com cargos importantes na sociedade. Atualmente, o agronegócio é muito forte no setor econômico no Brasil e no Mundo, as exportações somaram em 2022, US\$ 159,09 bilhões com uma alta de 32% em relação a 2021. Os setores que mais exportaram foi o de Cereais, preparações e farinhas, com US\$ 2,19 bilhões (+117,9%) (Governo Federal, 2002).

Em pouco tempo atrás, as mulheres eram vistas como auxiliares ou ajudantes, hoje efetuam esta área rural de maneira positiva. Muitas não trabalham apenas na área operacional, mas sim gerenciando o setor, uma vez que, atuam no agronegócio segundo o Censo Agro, realizado em 2017 pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostrou que cada dez líderes no campo, pelo menos duas são mulheres, 60% das mulheres que atuam no agronegócio têm formação em nível superior, 28% têm ensino médio completo, 7% têm ensino fundamental completo e 5% não completaram o ensino fundamental (Jacto, 2020).

¹ Medicina Veterinária (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/3177419692545317>

² Medicina Veterinária (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/1474898177196392>

³ Medicina Veterinária (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/0056719319828487>

⁴ Medicina Veterinária (UNIMAR). CV: <http://lattes.cnpq.br/4691721958569497>

⁵ Mestranda em Saúde Animal, Produção e Ambiente (UNIMAR). CV: <https://is.gd/6QEiBe>

⁶ Doutorado em Medicina Veterinária (UNESP). Docente (UNIMAR). CV: <https://is.gd/5xn0Ry>

Entretanto, infelizmente, mesmo havendo atuação em qualquer que seja o ramo desejado, sempre é esperado que vá ocorrer a desigualdade e o desrespeito tanto em questão pessoal, quanto salarial, pelo simples fato de que o homem é visto como um membro superior, uma pessoa mais capacitada para efetuar as atividades proposta.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi analisar e demonstrar a inserção e participação das mulheres no setor do agronegócio, enfatizando os desafios enfrentados e as estratégias de superação ao longo de suas trajetórias profissionais, visando compreender o atual posicionamento.

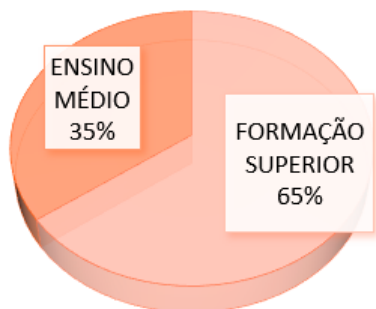
DESENVOLVIMENTO

O método utilizado para a realização deste trabalho foi por meio de entrevistas, as quais vêm sendo muito utilizadas para a realização de diversos trabalhos pela sua enriquecedora fonte de dados. Seu principal objetivo foi dar respostas a problemas propostos, facilitando o entendimento e adquirindo conhecimento com clareza. As perguntas estão expostas nos resultados deste trabalho.

Foram critérios de inclusão, 100 mulheres que atuam ou atuaram no ramo do agronegócio para nos contar como foi sua jornada até chegar em sua posição atual. As perguntas foram feitas para as mesmas e foram respondidas de maneira generalizada, nos ajudando a transformar respostas em porcentagem, dessa forma, facilitando a compreensão e compartilhando dos resultados nesse estudo.

Todos sabemos que o ensino fundamental e ensino médio são fases essenciais na vida de qualquer profissional, principalmente daquelas mulheres que desejam se destacar em um ramo que exige um diferencial. Porém, nem todas tiveram a oportunidade de se formar em um ensino superior, o que em uma empresa é um grande diferencial, mas quando se trata de prestar serviço por si só, já são notáveis a diferença salarial e a discriminação com base de seus conhecimentos.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade das entrevistadas



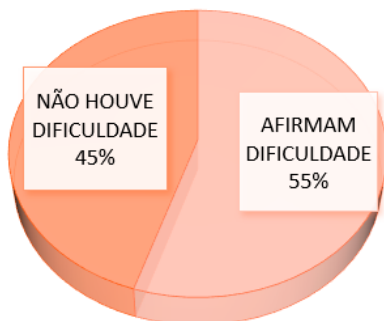
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 35% das mulheres possuíam o ensino médio completo
- 65% das mulheres possuíam uma formação superior.

Para muitas mulheres a inserção no ramo agrícola foi árdua, mas com base nos dados adquiridos através de nossas entrevistas, podemos notar que não foram todas que sofreram tais dificuldades citadas ao longo do trabalho.

Gráfico 2 – Inserção da mulher no ramo do agronegócio



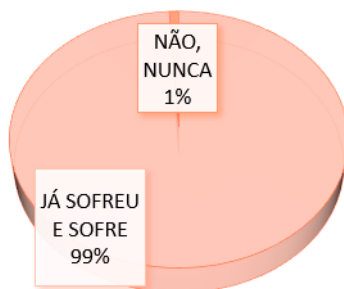
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 55% das mulheres afirmaram dificuldade
- 45% das mulheres afirmaram que, não houve.

O preconceito enfrentado pelas mulheres no agronegócio pode ser expresso de diversas maneiras: desde a falta de reconhecimento de suas habilidades e conhecimentos até a discriminação explícita no acesso a oportunidades de liderança, remuneração desigual, limitações de acesso a recursos e até assédio no ambiente de trabalho.

Gráfico 3 – Preconceito na área



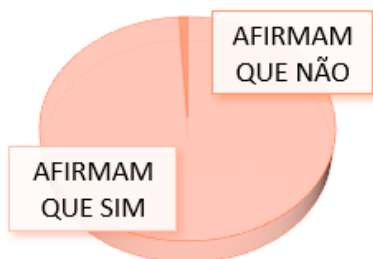
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023

No entanto, a entrevista apontou que:

- 99% das mulheres já sofreram e ainda sofrem
- 1% das mulheres nunca sofreram.

Das 55% de mulheres profissionais que afirmaram ter sofrido de alguma maneira ao ingressar no agronegócio, a maioria admite que maior parte de sua dificuldade teve ligação direta com a desigualdade de gênero. Infelizmente isso ocorreu, ocorre e vai acontecer por muito tempo, não só em questão de trabalho a campo, também em questão de conhecimento.

Gráfico 4 – Desigualdade de gênero



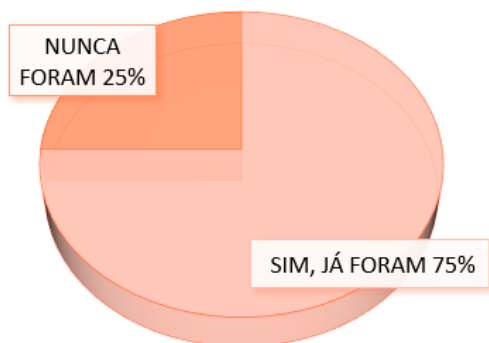
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 99% das mulheres afirmaram que sim
- 1% das mulheres afirmaram que não.

É comum nos ofendermos e acabar reagindo a certos comentários desagradáveis, sejam reações “pequenas” ou reações “grandes”. Por exemplo, podem variar de: retrucar o comentário, ou, ir atrás de um suporte jurídico, buscando justiça na lei. Buscamos pedir respostas generalizadas, reações no contexto geral da situação.

Gráfico 5 – Reação quanto às críticas



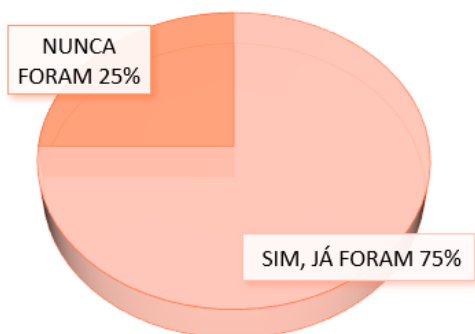
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 96% das mulheres reagiram
- 4% das mulheres acabaram deixando de lado.

Além da grande quantidade de críticas e discriminação que estas mulheres sofreram pelo simples fato de não possuírem o mesmo gênero sexual do que é considerado normal dentro do padrão no ramo agrícola, sua capacidade profissional também já foi muito criticada. Atualmente, mulheres são consideradas melhores do que os homens em questões estratégicas e em atividades que exigem uma grande quantidade de atenção relacionada a um escritório, uma sala de reuniões, entre outros. Mas quando testadas a campo, costumam ser tachadas de incompetentes e incapazes de exercer seu trabalho.

Gráfico 6 – Capacidade profissional desafiada



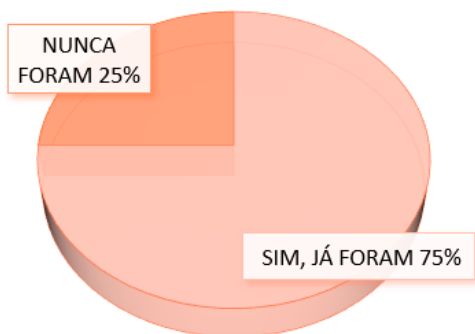
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 62% sim, já tiveram sua capacidade desafiada
- 38% não, nunca tiveram.

A discriminação se encaixa no processo seletivo, empresas grandes ou pequenas não costumam contratar mulheres, pelos fatores apresentados anteriormente.

Gráfico 7 – Discriminação na inserção da mulher no mercado de trabalho



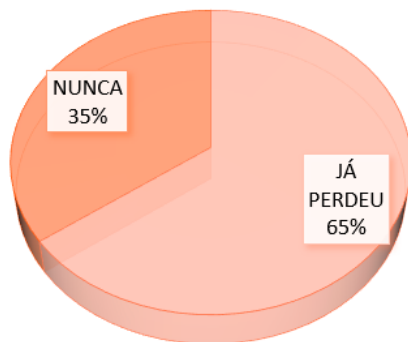
Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 90% das mulheres afirmaram que já sofreram e sofrem com isso
- 10% não, nunca sofreram

As mulheres frequentemente enfrentam perda de oportunidades no agronegócio devido a vários fatores, incluindo acesso limitado a recursos, discriminação de gênero, falta de representatividade em cargos de liderança e barreiras sociais e culturais.

Gráfico 8 – Perda de oportunidades



Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

No entanto, a entrevista apontou que:

- 65% das mulheres já perderam oportunidades
- 35% das mulheres nunca perderam.

CONSIDERAÇÕES

Em síntese, a história da luta e da progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, com especial destaque para o setor do agronegócio, é um testemunho notável de resiliência e determinação. Ao longo dos anos, as mulheres enfrentaram desafios significativos na busca pela igualdade de oportunidades em relação aos homens. A construção de uma sociedade mais justa, onde homens e mulheres possam desempenhar papéis igualmente importantes, tem sido uma meta crucial.

Este estudo destacou que, apesar da persistência de certas formas de discriminação em relação ao trabalho feminino, as mulheres têm superado várias barreiras. Elas estão se empoderando no campo do agronegócio, consolidando o papel fundamental que desempenham na agricultura e na

economia como um todo. O mercado de trabalho está passando por uma transformação progressiva, na qual as mulheres estão desempenhando um papel cada vez mais significativo.

É fundamental reconhecer os avanços alcançados e, ao mesmo tempo, continuar a luta por um ambiente de trabalho que seja verdadeiramente inclusivo e igualitário. A inserção bem-sucedida das mulheres no agronegócio não apenas fortalece a economia, mas também enriquece a diversidade de perspectivas e habilidades disponíveis. Portanto, é uma responsabilidade coletiva garantir que todas as barreiras à igualdade de gênero sejam derrubadas, de modo que as mulheres possam continuar a prosperar no mercado de trabalho e a fortalecer o seu papel vital na sociedade.

REFERÊNCIAS

A Mulher no Agronegócio. Acesso em: set. 2024, <https://is.gd/XbAIVh>

Antônio Carlos Gil. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

BBC BRASIL. **A diversificação é a Arma do Brasil para Liderança no Agronegócio**, São Paulo, 2009.

CAMARGO, T. P. **Os desafios encontrados na inserção da mulher no agronegócio**. 2018. 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Faculdade Evangélica de Jaraguá, [S. l.], 2018.

IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2011. Acesso em: ago. 2024, <https://is.gd/dyZMkm>. Lei nº 14.611 de 3 de julho de 2023.

FC Serigati, K Severo, R Possamai - AgroANALYSIS, 2018 - bibliotecadigital.fgv.br – Inserção da mulher no agronegócio.

MULHERES CRONISTAS NOS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX: UMA REVISÃO NARRATIVA

Ítala Clay de Oliveira Freitas¹
Sofia Castro Lourenço²

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a divulgação dos resultados parciais da pesquisa intitulada “Mulheres cronistas nos jornais brasileiros do século XIX: capturando memórias e fluxos de comunicação”, com foco para a revisão da literatura em suas etapas de coleta, análise e interpretação dos dados. Além do resgate histórico, espera-se que o estudo contribua para debates contemporâneos sobre gênero, memória cultural e comunicação.

Em desenvolvimento na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como projeto de iniciação científica 2024-2025, a referida pesquisa tem por objetivo geral resgatar e dar visibilidade às mulheres cronistas que publicaram em jornais brasileiros do século XIX, cujas contribuições foram apagadas ou negligenciadas ao longo do tempo. Como objetivos específicos, busca-se mapear a produção acadêmica existente sobre o tema, identificar lacunas na historiografia da crônica oitocentista e compilar dados sobre as contribuições dessas escritoras para o jornalismo brasileiro.

Parte-se do pressuposto de que a visibilidade consiste não apenas no reconhecimento de seu valor literário e histórico, mas também em um convite para repensar as estruturas de poder e representatividade, que continuam a influenciar os campos do jornalismo e da literatura no Brasil. Ao propor novas leituras e interpretações, a pesquisa em andamento reforça a importância de revisitar o passado como forma de ampliar a diversidade de vozes no presente e no futuro. Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental como principais técnicas de investigação.

¹Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente (UFAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/1194804661615642>

²Graduanda de Jornalismo (UFAM). Pesquisadora de Iniciação Científica – bolsista Fapeam. CV: <https://lattes.cnpq.br/9996011518252271>

CONDUZINDO AS PRIMEIRAS BUSCAS

A revisão de literatura foi desenvolvida em três etapas. Primeiro, foram definidas palavras-chave, considerando termos como “autoria feminina”, “crônica”, “século XIX”, “jornalismo literário” e outros termos relacionados, assim como critérios de inclusão e exclusão para identificar estudos relevantes sobre a presença feminina e a autoria de crônicas durante o século XIX. Em seguida, realizou-se um levantamento nas bases de dados Periódicos da Capes e SciElo, analisando inicialmente títulos e resumos para selecionar estudos. Por fim, foi feita a análise dos resultados, destacando as principais contribuições e identificando lacunas, o que ajudou a fortalecer a base teórica e a apontar direções para futuras pesquisas sobre o tema.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: discutir a crônica como gênero literário; abordar a produção de escritoras brasileiras do século XIX; e abordar a presença feminina na imprensa e/ou na literatura brasileira no século XIX; além de serem materiais do idioma português e publicados entre 2010 e 2024. Os critérios de exclusão foram: obras que abordam cronistas de outras épocas que não se relacionam diretamente com o século XIX; materiais com foco exclusivo em autores homens; e materiais que abordam a crônica apenas com uma visão estrutural e estética e não como um veículo de questões sociais e de gênero.

O tempo de recorte utilizado para destacar os materiais foi definido considerando a disponibilidade e a relevância das pesquisas sobre o tema. Inicialmente, utilizando como palavras chave: “jornalismo”, “crônicas”, “mulheres” e “século XIX”, nenhum resultado foi encontrado tanto na plataforma do Periódicos Capes, quanto pelo Google Acadêmico. No entanto, ao retirar o termo “Jornalismo” surgiram mais de 700 resultados, que se dividiam em pesquisas e trabalhos de outras áreas de pesquisa, e artigos focados em uma só autora da época, abordando seu contexto social, suas obras, o modo de escrita e outras características.

Quadro 1 - Artigos referentes à presença de cronistas mulheres no jornalismo e/ou literatura brasileira do século XIX

Artigo	Ano de publicação	Autor (a)	Local de origem – Autor (a)	Revista	Local de origem - Revista
A crônica feminina brasileira no século XIX	2010	Maria do Rosário Alves Pereira	Belo Horizonte (MG)	Fazendo Gênero 9: Diásporas Diversidades Deslocamentos	Florianópolis (SC)
Cecília Vasconcelos e as modernas Mulheres: a figuração de Chrysanthème	2016	Rosa Gens	Rio de Janeiro (RJ)	Encontro Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC)	Salvador (BA)
O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional	2017	Paula Melani Rocha; Karina Janz Woitowicz	São Paulo (SP); Ponta Grossa (PR)	Fazendo gênero 11: Transformações, Conexões e Deslocamentos	Florianópolis (SC)
A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX	2018	Constância Lima Duarte	Minas Gerais (MG)	Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social	São Paulo (SP)
A escrita literária de Dina Salústio e Vera Duarte: resistindo à persistência de um cânone de perspectiva masculina	2019	Simone Caputo Gomes	Rio de Janeiro (RJ)	Revista de Estudos em Língua e Literatura	Sergipe (SE)

Artigo	Ano de publicação	Autor (a)	Local de origem – Autor (a)	Revista	Local de origem - Revista
Memoricídio: O apagamento da literatura de autoria feminina cearense do século XIX	2020	Carla Pereira de Castro	Ceará (CE)	VI Seminário Internacional História e Historiografia: Escrita da História e Políticas da Memória	Ceará (CE)
Pena feminina: a crônica De Adília De Albuquerque na imprensa cearense do início do século XX	2020	Carla Pereira de Castro	Ceará (CE)	Jangada: crítica literatura artes	Viçosa (MG)
Primórdios da crônica de autoria feminina no Brasil e a luta pela igualdade de gênero	2020	Maria do Rosário Alves Pereira	Belo Horizonte (MG)	Jangada: crítica literatura artes	Viçosa (MG)
Um caso de sororidade literária: Narcisa Amália e Amália Figueiroa em jornais e revistas do século XIX	2020	Anélia Pietrari	Rio de Janeiro (RJ)	Soletras	Rio de Janeiro (RJ)
Apesar da ousadia e irreverência de Carmen Dolores, o memoricídio de sua obra e de sua atuação feminista	2021	Risolete Maria Hellmann	Viçosa (MG)	Fazendo Gênero 12: Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos	Florianópolis (SC)

Artigo	Ano de publicação	Autor (a)	Local de origem – Autor (a)	Revista	Local de origem - Revista
Entre ficção e vida: apresentando Carmen Dolores	2021	Lais Oliveira Silva Chagas	São Paulo (SP)	Anais do VII Seminário do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira	São Paulo (SP)
Corina Coaraci: crônicas do século XIX para serem lidas no século XXI	2022	Eliane Vasconcelos, Moema Rodrigues Brandão Mendes	Rio de Janeiro (RJ); Juiz de Fora (MG).	Revista Brasileira de Literatura Comparada	Salvador (BA)
“Chegou a hora de na imprensa apresentar-nos”: mulheres e os óbices profissionais no jornalismo, Rio de Janeiro, século XIX	2022	Cristiane Ribeiro	São Paulo (SP)	Revista de História (São Paulo)	São Paulo (SP)
Autoria de Júlia Lopes de Almeida no jornal O País (1910): a importância do jornalismo na profissionalização da escritora	2024	Lidiana Maria Santana de carvalho	Piauí (PI)	Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI	Piauí (PI)

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Durante a busca, realizada nos portais de Periódicos da Capes, e Scielo, bem como no uso da ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico, foram encontrados 25 documentos, sendo 18 referentes à presença feminina na produção literária e/ou jornalística de crônicas durante o século XIX, produzidos e publicados entre 2010 e 2024. Dando prioridade a 14 artigos, além de 4 teses de doutorado que apresentaram contribuições bastante

relevantes para a pesquisa, foram filtrados seis artigos cuja pesquisa se mostrou mais alinhada aos objetivos do estudo.

Quadro 2 - Artigos sobre a crônica como um gênero híbrido (literário e jornalístico)

Artigo	Ano de publicação	Autor (a)	Local de origem - Autor (a)	Revista	Local de origem - Revista
Crônica: uma intersecção entre o jornalismo e literatura	2009	Yolanda Maria Muniz Tuzino	Ponta Grossa (PR)	Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	Porto, Portugal
A crônica como intersecção entre jornalismo e literatura	2012	Gabriela Ramos	Ceará (CE)	Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sudeste	Vila Velha (ES)
A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura	2014	Silvânia Siebert	Santa Catarina (SC)	Linguagem em (Dis)curso	Tubarão (SC)
Crônica: Uma Tradição Discursiva Entre O Jornalismo E A Literatura	2015	Carolina Maria Bezerra Cavalcanti; Valéria Severina Gomes	Pernambuco (PE) Pernambuco (PE)	Encontros de Vista	Pernambuco (PE)
Crônica: algumas considerações	2017	Tayana Andreza de Sousa Barbosa	Pará (PA)	Revista e-scrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU	Rio de Janeiro (RJ)
Jornalismo, literatura e olhares sobre o cotidiano: caminhos e tendências da crônica brasileira	2017	Tito Eugênio Santos Souza	Bahia (BA)	Revista de Estudios Brasileños	Salamanca, Espanha

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Publicados entre 2000 e 2024, tais artigos foram selecionados por abordar o desenvolvimento e a percepção da crônica como um gênero híbrido, que transita entre a literatura e o jornalismo. O recorte temporal considerou a limitada quantidade de materiais disponíveis sobre o tema, especialmente em comparação com outros assuntos abordados na pesquisa.

Quadro 3 - Livros sobre a história e a consolidação do gênero crônica no Brasil

Livro	Ano de publicação	Autor (a)	Editora
A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil	1992	Antonio Candido	Unicamp
A Crônica Brasileira do Século XIX. Uma Breve História	2014	Marcus Vinícius Nogueira Soares	É Realizações
Imprensa feminina e feminista no Brasil. Volume 1: Século XIX	2016	Constância Lima Duarte	Autêntica

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Referente à literatura brasileira do século XIX e à história da consolidação da crônica no Brasil, a pesquisa foi feita com foco em produções literárias publicadas no idioma português, tendo como critérios de inclusão textos que viessem a abordar o contexto histórico-cultural na produção da literatura brasileira do século XIX; discutissem a crônica como gênero literário; e apontassem a inserção da literatura e do jornalismo na formação identitária do Brasil do século XIX.

Para um mapeamento com maior amplitude de fontes foram consultados diversos canais, tanto virtuais quanto presenciais, acervos digitais de bibliotecas, sites especializados em venda de livros, repositórios de universidades, além de visitas em livrarias físicas. A pesquisa também recorreu a plataformas como Google Books, Amazon, e Scielo, para identificar produções recentes, dentro do tempo de recorte estabelecido, e que tratam de estudos sobre a literatura brasileira, em especial a produção literária do século XIX.

Considerando então os resultados preliminares, e a partir deste último levantamento, foram selecionadas quatro mulheres que vem representar a profundidade e diversidade da discussão sobre o tema, com especial ênfase na literatura e crônica da época. Os dados de coleta estão aqui organizados no formato de perfil, em versão curta.

PERFIL DAS CRONISTAS

Durante a análise dos artigos e materiais pesquisados, algumas escritoras do século XIX se notabilizaram pela representatividade na produção de crônicas e demais textos literários, muitas vezes publicados sob pseudônimos que eram utilizados para atravessar as limitações impostas à época. Entre as principais autoras identificadas, destacam-se:

Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806–?): A primeira mulher escritora brasileira de ficção e uma das primeiras escritoras a ter visibilidade em um período ainda mais restritivo, cujas contribuições literárias são fundamentais para compreender as pioneiras da literatura feminina no Brasil. Nos artigos científicos que mencionam sua obra, Ana de Barandas é retratada principalmente como uma escritora invisibilizada pelo contexto histórico. Pesquisadores destacam que, apesar de sua contribuição para o desenvolvimento da literatura brasileira, sua produção foi por muito tempo ignorada pela crítica literária tradicional.

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): Reconhecida por suas contribuições significativas à literatura brasileira, Júlia Lopes de Almeida, nascida no Rio de Janeiro, destacou-se como romancista, contista, cronista e dramaturga. Júlia é frequentemente descrita como uma escritora prolífica e versátil, que contribuiu com romances, contos, crônicas, dramaturgias e textos infantis. Muitos textos ressaltam sua habilidade de unir preocupações sociais a narrativas literárias de qualidade.

Emília Moncorvo Bandeira de Melo (codinome: Carmen Dolores, 1852–1910): Emília Moncorvo Bandeira de Melo (1852–1910), conhecida pelo pseudônimo Carmen Dolores, foi uma escritora, cronista, conferencista, dramaturga e crítica literária brasileira de destaque no final do século XIX e início do século XX. Sua obra abrange diversos gêneros, com ênfase em crônicas publicadas em jornais influentes da época, como “O Paiz”.

Nos artigos científicos, Carmen Dolores é retratada como uma intelectual feminista da Belle Époque brasileira. Estudos destacam sua atuação vigorosa na defesa da causa divorcista, associando-a ao feminismo emergente no Brasil. Ela utilizou suas crônicas para criticar a sociedade patriarcal e promover a educação feminina como meio de emancipação. Sua escrita, muitas vezes descrita como “máscula” devido à força e segurança de sua prosa, desafiou os estereótipos de gênero da época.

Ao ler as crônicas de domingo no País, hesitava em atribuir esses comentários incisivos e vibrantes da vida brasileira a um escritor ou a uma escritora... Quando o mistério se desfez, admirei a sua firme e brilhante maneira de narrar episódios e tratar assuntos ridentes ou enternecedores, sem um sentimentalismo de mulher que pega na pena mostrando o acanhamento com que move uma agulha nas malhas de um crochet (Reys, 1908, apud Rocha, 2024, p. 5)

Cecília Vasconcelos (codinome: Madame Chrysanthème/Mme. Chrysanthème/Chrysanthème, 1870–1948): Cecília Moncorvo Bandeira de Mello Rebello de Vasconcellos, conhecida pelo pseudônimo Madame Chrysanthème, nasceu no Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1869 e faleceu em 22 de agosto de 1948. Filha da renomada escritora Carmen Dolores, Cecília seguiu os passos da mãe, tornando-se uma prolífica escritora e jornalista. Seu pseudônimo foi inspirado na obra homônima de Pierre Loti, publicada em 1887, refletindo sua afinidade com a literatura francesa.

O pseudônimo tem origem na obra de Pierre Loti denominada Madame Chrysanthème, publicada em 1887. Nela, o escritor francês segue um fio temático que é comum a duas outras de suas produções — *Aziyadé* e *Le mariage* de Loti — e tem uma estrutura bastante simples [...] Na narrativa Madame Chrysanthème, especificamente, a protagonista chega a tornar-se um mero bibelô, uma imagem como que pintada em porcelana, sob o peso do aparato descritivo (Gens, p. 1114).

Nos artigos científicos, Madame Chrysanthème é frequentemente retratada como uma figura significativa da Belle Époque carioca, período marcado por intensas transformações sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa indicam avanços na compreensão sobre as mulheres cronistas brasileiras do século XIX, mas também revelam lacunas importantes. O estudo mostrou que a produção acadêmica sobre o tema ainda está concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, marginalizando contribuições e estudos provenientes de outras regiões, como o Norte e o Nordeste. Essa centralização geográfica reflete desigualdades estruturais na academia, que dificultam o acesso e a visibilidade de cronistas e pesquisadores de áreas periféricas.

A análise dos dados geográficos revelou que, embora haja esforços isolados de autoras e pesquisadoras do Nordeste, como Carla Pereira de Castro e Lidiana Maria Santana de Carvalho, a produção sobre mulheres cronistas ainda é dominada por autores das regiões mais economicamente desenvolvidas e politicamente dominantes. Esse fenômeno contribui para o apagamento de memórias de autoras nordestinas e nortistas, perpetuando a invisibilidade dessas escritoras e o denominado ‘memoricídio’.

Em relação ao conteúdo dos artigos analisados, foi possível identificar que a crônica feminina, enquanto gênero híbrido entre literatura e jornalismo, desempenhou papel importante na luta pela educação e igualdade de gênero no Brasil do século XIX. No entanto, os estudos ainda carecem de uma análise mais profunda sobre a função comunicativa das crônicas e sua capacidade de mediar debates sociais da época, especialmente no que tange à amplificação das demandas femininas.

Outro ponto crítico é a falta de consideração pela diversidade representativa das autoras, o que limita a compreensão do impacto dessas crônicas em diferentes camadas sociais. As produções femininas têm sido tratadas de maneira homogênea, sem levar em conta as distintas origens regionais, raciais e culturais das autoras e como essas diferenças influenciaram suas mensagens e a recepção do público.

Além disso, os estudos não exploram adequadamente o impacto social das crônicas femininas, especialmente na formação da imagem da mulher na sociedade. As crônicas não apenas documentaram debates, mas também ajudaram a moldar percepções sobre a emancipação feminina.

O impacto das crônicas sobre seus leitores, especialmente as mulheres, e a forma como essas obras influenciaram suas atitudes e comportamentos, também não foi suficientemente abordado.

A pesquisa aponta, portanto, para a necessidade de expandir os estudos sobre as mulheres cronistas para além das regiões dominantes, ampliando a diversidade étnica e regional na análise dessas produções. Além disso, é essencial aprofundar as investigações sobre o papel das crônicas na formação das percepções sociais sobre o papel da mulher e no impacto que essas obras tiveram na comunicação e nos debates sociais, tanto no século XIX quanto em reflexões contemporâneas sobre gênero e desigualdade.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, J. (2016). Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, 19(1), 115–128. Recuperado de <https://is.gd/K0dQDo>.
- BARANDAS, A.E.E de O Ramalhete. Rio de Janeiro: Edipurs, 1845.
- BARBOSA, Marialva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1 de jan de 2013.
- BENDER, Flora Cristina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica – História, Teoria E Prática*. São Paulo: Ed. Scipione. Col. Margens do texto, 1993.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.
- BRANCO, Lucia Castello. *A Mulher Escrita*. São Paulo: Lamparina, 2004.
- CANDIDO, A. et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 13, fev de 2007.
- CHRYSAINTHÈME. *Enervadas*. 2. ed. São Paulo: Carambaia, 2022.
- DUARTE, Constância Lima. Entrevista à Professora Doutora Constância Lima Duarte. *Soletas*, n. 40, p. 12-18, 2020.
- HUYSEN, A.; MOREIRA, S. V.; MORENO, C. A. de C. *Mídia e discursos da memória*. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 27, n. 1, 2012. DOI: 10.1590/rbcc.v27i1.1060. Disponível em: <https://is.gd/1oLkAE>. Acesso em: 15 nov. 2024.

GENS, R. (2016). Cecília Vasconcelos e as modernas mulheres: a figuração de Chrysanthème. Encontro Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), 15, 1112-1119. CHRYSANTHÈME. Enervadas. 2. ed. São Paulo: Carambaia, 2022.

GONÇALVES, M. S., GARCIA, Y., & GONÇALVES, T. G. (2015). Resenha do livro: BARBOSA, Marialva. História da Comunicação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Logos, 1(22). <https://doi.org/10.12957/logos.2015.19559>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

LEVIN, Orna Messer; DUARTE, Constância Lima. Entrevista à Professora Doutora Constância Lima Duarte. Solettras, n.40, p.12-18,2020.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

RUAS, W. J., & Bax, M. P. Relações entre fluxo de informação e comportamento informacional de usuários em organizações formais uma revisão sistemática de literatura. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18, 2023.

SIEBERT, Silvana. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. Linguagem em (Dis) curso, v. 14, p. 675-685, 2014. BARANDAS, A.E.E de O Ramallete. Rio de Janeiro: Edipucrs, 1845.

SILVEIRA, Mauro César. Muito prazer, meu nome é Maria Cecília. Jornalismo e História, Sevilha, 31, julho 2020. Disponível em: <https://is.gd/6wocLm>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TUZINO, Yolanda Maria Muniz. “Crônica: uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura.” <https://goo.gl/RRiQtI>. Acesso em 24 (2009): 08-09.

VELINHO, A., & ALMEIDA, P. O Legado da Memória Coletiva na Cultura Digital: Digitalização, Mapeamento Cultural e Cocriação. Comunicação e sociedade, 43, Artigo 43, 2023.

A MULHER ESCRITORA NA ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS

Lindalva Maria Barros Neres¹

José Dino Costa Cavalcante²

José Ribamar Neres Costa³

INTRODUÇÃO

Fundada em 10 de agosto de 1908, a Academia Maranhense de Letras, em seus 117 anos de atividade contou em seus quadros de sócios-efetivos com a presença de apenas 10 (dez) mulheres, a saber, pela ordem cronológica de posse: Laura Rosa (cad. 26), Mariana Luz (cad. 32), Conceição Neves Aboud (cad. 20), Dagmar Destêrro (cad. 24), Lucy Teixeira (cad. 07), Ceres Costa Fernandes (cad. 39), Laura Amélia Damous (cad. 6), Sonia Almeida (cad. 20), Ana Luiza Almeida Ferro (cad. 12) e Ceres Murad (cad. 03).

Levando-se em consideração as relações disponibilizadas nas Revistas da Academia Maranhense de Letras, que a cada edição traz uma lista enumerando, por cadeira, todos os patronos, fundadores e demais ocupantes dos assentos da Casa de Antônio Lobo, torna-se possível contabilizar que, desde a data de sua fundação até o primeiro semestre de 2025, a AML teve o total de 167 (cento e sessenta e sete) ocupantes, excluindo-se os nomes dos patronos e levando-se em conta apenas os primeiros ocupantes e seus respectivos sucessores, o que dá uma média de aproximadamente 16,7 acadêmicos do sexo masculino para cada mulher que efetivamente tomou posse na Academia.

No entanto, apesar de corresponderem somente a aproximadamente 6% do número total de sócios efetivos da Instituição, as mulheres escritoras têm relevante papel na Academia, sendo que duas foram fundadoras de

¹ Mestranda em Letras (UFMA). CV: <http://lattes.cnpq.br/1830231963338750>

² Doutor e mestre em Letras (UNESP). Professor (UFMA). CV: <http://lattes.cnpq.br/0708860193607869>

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP). CV: <https://is.gd/02l4BR>

cadeiras (Laura Rosa e Mariana Luz) e duas já exerceram a vice-presidência da Casa, ocupando interinamente a presidência da Instituição (Dagmar Destêrro e Laura Amélia Damous).

O objetivo deste capítulo é fazer um levantamento das escritoras que fazem ou fizeram parte dos quadros de sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, desde sua fundação até o início do ano de 2025. O *corpus* de pesquisa é formado tanto por obras teóricas que versam sobre a Academia Maranhense de Letras, quanto por uma investigação sobre a vida e a obra das autoras que fazem ou fizeram parte da AML.

Este estudo está dividido em duas partes complementares. Na primeira, é feito um estudo teórico acerca do mundo acadêmico e da presença das mulheres em instituições acadêmicas. No segundo momento, são apresentadas e estudadas sumariamente as escritoras que fazem ou fizeram parte dos quadros da Academia Maranhense de Letras ao longo de sua história.

AS MULHERES NA ACADEMIA E SUAS FONTES

Quase sempre, quando se fala em uma academia de literatos, vem à mente “a imagem cristalizada de senhores respeitáveis, sisudos, competidos, bem como suas praxes regradas, rigidamente seguidas como em um teatro muito bem coreografado”, conforme explica Rodrigues (2003, p. 223). Na descrição acima, fica evidenciado que as chamadas Academias de Letras, desde suas origens, foram compostas por “senhores respeitáveis”, ou seja, trazem em seu cerne a invisibilização das mulheres, mesmo que estas fossem autoras de uma obra que as fizesse dignas de figurarem nos quadros acadêmicos.

No caso brasileiro, foi Rachel de Queirós a primeira mulher a “entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1977”, conforme comenta Moisés (2003, pág. 342), ou seja, apenas oito décadas após a fundação da Instituição. No Maranhão, a primeira mulher eleita para a Academia foi Maria Luísa da Cunha Lobo, em 1935, porém a escritora, que era filha do intelectual Antônio Lobo, não tomou posse e acabou não fazendo parte dos quadros oficiais da AML. Coube, então à Laura Rosa ser, historicamente,

a primeira mulher a ingressar como sócia efetiva da AML, ao ser eleita e empossada em, 1943, tendo sido também a primeira mulher a fundar uma cadeira na Instituição.

Ao elaborar seu *Guia de escritoras da literatura brasileira*, Lobo (2006) comentou que foi a partir da década de 1970 “que a expressão ‘literatura feminista’ deixa de ser apenas o significado de luta social na sociedade civil e se integra à linguagem, na expressão de Julia Kristeva” (Lobo, 2006, p. 15). Tal informação pode significar que até a década mencionada, as obras publicadas pelas mulheres eram vistas como meras curiosidades literárias ou eram ignoradas pela crítica e pelo público em geral. Como complemento dessa informação, Telles (2007, p. 408) comenta que isso ocorria pelo fato de, até o século XIX, as mulheres,

terem sido excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo [serem] impedidas do acesso à educação superior (...). Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina.

Isso fez com que as mulheres escritoras, durante muito tempo, fizessem parte do processo de exclusão literária comentado por Eble e Dalcastagné (2017), porém, como adverte Souza (2017, p. 284), algum tempo depois “na literatura brasileira, as representações, mais que as discussões, envolvendo gênero e raça são frequentes”, tornando-se inclusive novas linhas de pesquisa no ensino superior e na pós-graduação, conforme pode ser constatado no estudo publicado por Hollanda e Araújo (1997) em Süsskind, Dias e Azevedo (2003) e em Góes (2007).

Com relação à literatura maranhense de autoria feminina, raros são os estudos que se dediquem à supracitada temática, mas podem ser destacados os estudos de Ramos (1993) no qual o autor analisa a produção literária de 52 (cinquenta e duas) escritoras maranhenses. Nesse livro, o autor justifica seu interesse pelo tema ao comentar que “retraídas, ou sem condições culturais para competirem com os homens, poucas mulheres maranhenses, no passado, puderam revelar seus pendores líricos” (Ramos, 1993, p. 11).

Sem se ater apenas às mulheres escritoras, Azevedo (2019) faz um levantamento de 21 (vinte e uma) mulheres que se dedicaram em diversos campos da sociedade, como música, política, ciências e educação. Entre as mulheres estudadas, estão algumas das imortais que fazem ou fizeram parte da Academia Maranhense de Letras, como é o caso de Lucy Teixeira, Ana Luiza Almeida Ferro, Ceres Costa Fernandes, Laura Amélia Damous e Sonia Maria Mugschi (Sonia Almeida). Trata-se de um livro no qual o leitor/pesquisador pode entrar em contato com alguns aspectos essenciais da vida e da produção intelectual das mulheres elencadas na obra.

Em livros como *As lâmpadas do sol*, de Cunha (1980), mesmo não sendo um trabalho diretamente voltado para a literatura de autoria feminina, é possível encontrar ensaios sobre a produção literária de diversas escritoras maranhenses, como é o caso de Dagmar Destêrro, Kátia Raposo, Lenita Estrela de Sá, Lúcia Brandão, Lucy Teixeira, Maria das Graças de Mello Rocha, Maria de Lourdes Bacelar Portela, Venússia Neiva, Virginia Rayol e Wanda Cunha.

Outro livro também dedicado à literatura maranhense em geral, mas no qual também são estudadas algumas escritoras é a publicação de Brasil (1994), no qual podem ser encontradas algumas das escritoras citadas acima, somando-se a elas o nome de Arlete Nogueira da Cruz, autora de livros com *Litania da Velha*, que foi estudado com mais profundidade por Furtado (2002) e por outros pesquisadores.

No estudo realizado por Corrêa (2016), há um capítulo intitulado “A autoria feminina no romance maranhense do século XX”, no qual é possível encontrar referência à obra de Arlete Nogueira da Cruz, Conceição Aboud, Virginia Rayol, Angelita Azevedo Paiva e Rita Ribeiro.

De modo geral, é importante também lembrar que algumas escritoras maranhenses são estudadas em artigos, monografias, dissertações e teses. É o caso, por exemplo, de Maria Firmina dos Reis, que vem sendo objeto de estudo em diversas instituições brasileiras.

Com relação às mulheres que fazem ou fizeram parte dos quadros da Academia Maranhense de Letras, é possível encontrar referências nos Perfis Acadêmicos da Instituição, que foram organizados por Moraes (1993 e 1999), que, embora não tenham sido atualizados desde o final do

século XX, trazem para os pesquisadores interessados no assunto uma série de informações sobre os aspectos biográficos e sobre a produção literária dos acadêmicos em geral. A Instituição também mantém uma revista onde são publicados artigos e os discursos dos acadêmicos eleitos e empossados, bem como os discursos de recepção. Isso possibilita, além de um contato com os textos das autoras, a verificação das contribuições feitas pelas escritoras

Em 2008, durante as festividades de comemoração do centenário da Academia Maranhense de Letras, a Instituição publicou um livro em homenagem a essa data. Nessa obra, dois artigos são dedicados ao estudo da presença feminina na Casa de Antônio Lobo. O primeiro, assinado pela professora e acadêmica Ceres Costa Fernandes, é um ensaio sobre a produção literária de Conceição Aboud e Lucy Teixeira. A seguir, há um estudo da acadêmica Laura Amélia Damous, intitulado “As mulheres da Academia”, com uma síntese da trajetória das mulheres que fizeram parte da AML até aquele momento (Academia, 2009).

Em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Silva (2009) também estudou a presença de mulheres na Academia Maranhense de Letras, enfatizando o processo de elegibilidade e “interrogando sobre quais razões explicariam a ausência de mulheres nessa instituição” (Silva, 2009, p. 6), nesse estudo, o autor relaciona a eleição das acadêmicas mais a uma projeção em âmbitos estratégicos, explicando que:

O pequeno número de escritoras justifica-se pela, ainda, pequena participação de mulheres em locais de destaque nos setores políticos, jurídicos, religiosos, entre outros, a qual apresenta-se como de grande importância (Silva, 2009, p. 6).

Mais recentemente, alguns estudos acerca de escritoras que fizeram parte da AML começaram a ser publicados e divulgados, como é o caso dos artigos de Neres (2015, 2018, 2024), nos quais o autor estuda a produção literária de Sonia Almeida, Mariana Luz e Laura Rosa, respectivamente. Há também os artigos de Quevedo (2016), que tece comentários sobre o livro *Um destino provisório*, de Lucy Teixeira, e de Miranda (2016), autor de um estudo sobre o romance *Teias do Tempo*, de Conceição Aboud.

Parte da trajetória biográfica e acadêmica de Mariana Luz pode ser encontrada na biografia publicada por Santana (2014), na qual há diversos detalhes sobre a campanha, a eleição e a posse da autora de *Murmúrios*, e Santana (2021), que além de elementos biográficos sobre Mariana Luz, apresenta também a produção literária em versos da escritora itapecuruense.

A vida e a obra da escritora Lucy Teixeira foram estudadas e analisadas em um livro publicado por Fernandes (2023), no qual é possível encontrar dados da relação da autora de *Primeiro Palimpsesto* com a Academia Maranhense de Letras.

AS MULHERES DA AML

Como foi dito anteriormente, onze mulheres foram eleitas para a Academia Maranhense de Letras ao longo de sua história, porém, apenas dez delas chegaram a tomar posse na Instituição. Todas elas, com suas principais obras e características, serão apresentadas a seguir.

A primeira mulher a ser eleita para a AML foi a professora e escritora MARIA LUIZA DA CUNHA LOBO, que foi eleita para a cadeira nº 03 em 1935, porém, por algum motivo ainda não totalmente decifrado, a autora de *Rastros na Areia* não chegou a ser empossada na Instituição, o que, segundo o Regimento Interno da Academia, não permite que ela seja considerada como sócia efetiva da Casa.

Em abril de 1943, a Academia Maranhense de Letras recebeu a primeira mulher a ingressar em seus quadros de imortalidade. Tratava-se da professora, pesquisadora, contista e poetisa LAURA ROSA (1884-1976), que foi fundadora da Cadeira nº 26, patroneada por Antônio Lobo. Escritora de grande sensibilidade poética, Laura Rosa, que assinava seus textos também com o pseudônimo de Violeta do Campo sabia trabalhar com as palavras, tanto na escrita quanto na oralidade e deixou contribuições em diversos campos do saber. Sua produção em verso ficou dispersa em jornais, mas parte significativa dela foi reunida e publicada pela professora Diomar Motta em 2016. No ano seguinte, a mesma pesquisadora trouxe novamente à luz o estudo *As Crianças*, no qual Laura Rosa fez um apanhado geral da educação infantil em diversas partes do mundo.

Outra escritora que também fundou uma cadeira na AML foi polígrafa itapecuruense Mariana Luz (1879-1960), que ocupou a cadeira 32, patroneada por Gentil Homem de Almeida Braga. Injustamente esquecida durante várias décadas, a obra de Mariana Luz começou a ser resgatada graças aos esforços de pesquisadores como Jucey Santana, Inaldo Lisboa e, mais recentemente, Gabriela Santana, que além de escrever artigos sobre a produção intelectual dessa autora, reuniu os versos da escritora em uma bem elaborada edição crítica. A poesia de Mariana Luz parece ser tirada do próprio cotidiano e trabalhada com a graciosidade de quem conhecia a arte de transformar dores e vivências em poesia repleta de imagens, ritmos e alegorias. Além de poetisa de grande fôlego, a autora de *Murmúrios* também enveredou por outros gêneros literários com grande desenvoltura.

Prosadora bastante versátil, CONCEIÇÃO NEVES ABOUD (1925-2005) foi eleita em 1955 para a cadeira nº 20 da Instituição. Escritora bastante laureada, a autora de *Teias do Tempo*, *Grades e Azulejos* e *Rio Vivo* emocionava os leitores com enredos bens construídos, carregados de referências históricas e com personagens que pareciam seres comuns que poderiam ser encontrados em qualquer lugar, mas que traziam dentro de si inúmeros mistérios e uma imensa carga de humanidade. Alguns de seus trabalhos foram publicados em revistas de grande circulação na época e agradavam tanto os críticos quanto os leitores em geral. Infelizmente seus livros hoje são escassos e são encontrados apenas em bibliotecas e em acervos particulares.

A professora, advogada, contista e poetisa DAGMAR DESTÊRRO E SILVA (1925-2004) foi empossada na cadeira nº 24 na metade do ano de 1974. Trata-se de uma escritora que soube trabalhar a prosa e os versos com talento similar. Em suas narrativas os aspectos do cotidiano ganham uma dimensão de novidade e suas personagens parecem estar sempre em conflito consigo mesmas. Assim como fez Mariana Luz, Dagmar Destêrro também parecia arrancar das entranhas das próprias vivências o combustível com o qual dava vida a seus poemas, que mostram os problemas e as adversidades do dia a dia, mas também buscam mostrar caminhos para a superação dos obstáculos. Sua poesia é agradável, sonora e cheia de reflexões.

Em 1979 foi a vez da advogada, diplomata, prosadora e poetisa LUCY TEIXEIRA (1922-2004) assumir a cadeira nº 7 da AML. Ela fez parte do movimento da Movelaria Guanabara, que marca um momento de grandes mudanças nos modos de ver a poesia moderna em terras maranhenses, e as ideias de Lucy Teixeira visivelmente influenciaram a produção literária de autores como Ferreira Gullar, Bandeira Tribuzi, José Sarney e Odylo Costa, filho. Seu romance *Um destino Provisório* (2001) foi elogiado por muitos críticos, inclusive por Antonio Candido, que disse haver apreciado “a liberdade criadora” da escritora maranhense, que já havia publicado *Elegia Fundamental* (1962), *Palimpsesto* (1978), *Nos tempos dos Alamares & Outros Sortilégios* (1999) e a peça teatral *Quem Beija o Leão*. Trata-se de uma escritora que aos poucos vem sendo redescoberta e novamente estudada, principalmente após os estudos empreendidos pela professora e acadêmica Ceres Costa Fernandes.

Nos dias finais de 2001, a professora, ensaísta, cronista e pesquisadora CERES COSTA FERNANDES foi eleita para a cadeira nº 39, cujo patrono é o orador, advogado e jurista Gomes de Castro. Dona de um estilo elegante no qual o cotidiano ganha vida em forma de palavras que reconstroem algo que nem sempre é perceptível pelas pessoas em geral, Ceres Costa Fernandes publicou crônicas em jornais, com aceitação imediata por parte dos leitores, que começaram a esperar por seus próximos textos. Parte desses trabalhos foi reunido no livro *O Último Pecado Capital & outras Histórias*. Além de exímia cronista, a acadêmica também desenvolveu e publicou estudos sobre a literatura na Idade Média, sobre o Surrealismo e foi uma das primeiras intelectuais no Brasil a se dedicar aos estudos da obra de José Saramago, o que lhe rendeu uma dissertação de mestrado que foi vertida para livro e já teve várias edições esgotadas.

Em 2002, foi eleita para a cadeira nº 6 a poetisa LAURA AMÉLIA DAMOUS, escritora que sempre investiu em um estilo minimalista em que as imagens poéticas se escondem por trás de poemas curtos, porém carregados de essência. A poesia de Laura Amélia foi elogiada por estudiosos da literatura como Assis Brasil, Nelly Novaes Coelho, Nauro Machado, Carlos Cunha e Clóvis Ramos, entre outros. Em seus poemas,

é possível o leitor encontrar algo que vai além de jogos de palavras ou de giros sintáticos incomuns. Ela encastoa em cada verso o desejo de dizer o máximo possível dentro de uma estrutura mínima, filosófica e poética ao mesmo tempo. Vale a apenas ler os livros de Laura Amélia. Eles trazem a certeza de muitos aprendizados e de boas reflexões.

Quase no final de 2005, como o falecimento da escritora Conceição Aboud, a cadeira nº 20 da AML entrou em período de vacância. Então no ano seguinte, a professora Universitária, ensaísta e poetisa SONIA ALMEIDA decidiu concorrer à vaga. Foi eleita e tomou posse em agosto de 2006. Ao ingressar na Academia, Sonia Almeida já trazia consigo a experiência de anos de sala de aula e de convívio com as palavras escritas. Publicou seu primeiro livro *Alegorias*, em 1992, e a partir daí, vieram a público vários trabalhos, como *Penumbra*, *Palavra Cadente*, *Há Fogo no Jogo* e *O Poema da Diferença*, além de estudos teóricos voltados para a o universo universitário e análise de obras. A poesia de Sonia Almeida é repleta de referências a suas leituras e a seu trabalho com a linguagem e é carregada de metáforas e de alegorias geralmente eivadas de uma visão existencialista.

A historiadora, poetisa e promotora de justiça ANA LUIZA ALMEIDA FERRO, ocupa, desde 2017, a cadeira nº 12 da Instituição. Detentora de diversos prêmios locais, nacionais e internacionais, a escritora publica tanto obras de cunho jurídico, como é o caso de *O Tribunal de Nuremberg: Precedentes, características e legado*; trabalhos voltados para historiografia, como *1612: Os Papagaios Amarelos na Ilha do Maranhão e a Fundação de São Luís*; e também se dedica com afinco à poesia e à crônica, como pode ser visto em *Quando* (2008), *O Naufrago e a Linha do Horizonte* (2012) e *Folhas Ludovicenses* (2019), sendo este último uma coletânea de crônicas e artigos anteriormente publicados em jornais. A poesia de Ana Luiza é marcada pela leveza poética com que ela trabalha temas de grande impacto individual e/ou social.

No final de 2024, foi eleita para a cadeira nº 04, a professora, escritora, conferencista e empresária CERES MURAD⁴. Ela é autora de diversos

⁴ Eleita em 05 de dezembro de 2024, a cerimônia de posse da escritora Ceres Murad está marcada para 29 de abril de 2025.

artigos em revistas científicos e publicou os seguintes livros: *Ópera na escola*, *Trabalhando ópera com crianças*, *Turandot – a ópera de Puccini*, *Terra, cultura e tempo futuro*, *De Beyoncé a Habermas – O que eu disse a jovens profissionais*, *A terra é azul como uma laranja* e *A raposa surda*. Sua obra, seja em prosa, seja em verso, a escritora se preocupa com a formação de professores, com a inclusão de pessoas com deficiência e com situações cotidianas que são comentadas em forma de crônicas e de poemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Academia Maranhense de Letras é uma instituição cultural centenária em cujos quadros de sócios efetivos há uma predominância de homens. No entanto, algumas mulheres escritoras foram eleitas para chamada Casa de Antônio Lobo e foram empossadas.

No total, foram onze as mulheres eleitas para alguma cadeira da AML, contudo apenas dez delas são consideradas oficialmente imortais dessa Academia, pois uma delas – a escritora e professora Maria Luiza da Cunha Lobo – não chegou a ser efetivada.

Mesmo sendo numericamente pequeno o número de mulheres na AML, todas essas escritoras apresentam obras de destaques em suas respectivas áreas de atuação literária. O conjunto de trabalhos de cada uma delas pode servir como ponto de partida para diversos estudos e é bastante relevante para a história e para a crítica literária brasileira.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. *Livro do centenário 1908-2008*. São Luís, Edições AML, 2009.

CORRÊA, Dinacy. *Da literatura maranhense: o romance do século XX*. São Luís: Eduema, 2016.

CUNHA, Carlos, *As lâmpadas do sol*. São Luís: Fon-Fon, 1980.

EBLE, Laetícia Jensen; DALCASTAGNÉ, Regina (orgs.). *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

FERNANDES, Ceres Costa. *O essencial de Lucy Teixeira*. São Luís: Edições AML, 2023.

- FURTADO, Maria Sílvia Antunes. *O decadentismo em Lítania da Velha: uma leitura a partir da Psicanálise*. São Luís: Lithograf, 2002.
- GÓES, Ludenbergue. *Mulher brasileira em primeiro lugar*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de; ARAÚJO, Lúcia Nascimento. *Ensaístas brasileiras – mulheres que escreveram sobre literatura e arte de 1860 a 1991*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- LOBO, Luiza. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.
- SILVA, Renato Kerly Marques. *Academia Maranhense de Letras: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais).
- MIRANDA, Wandelson Silva de. O tempo vivo na obra de Conceição Aboud: ensaio sobre o livro *Teias do Tempo*. In: NERES, José; CAVALCANTE, Dino. *O século XX e a literatura maranhense: reflexões sobre a narrativa em prosa*. São Luís: Edufma, 2016. p. 65-100.
- MORAES, Jomar (org.) *Perfis acadêmicos*. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 1993.
- MORAES, Jomar (org.) *Perfis acadêmicos*. 4ª ed. São Luís: Edições AML, 1999.
- MOISÉS, Massaud. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 7ª ed. São Paulo, Cultrix, 2003.
- NERES, José. *Na trilha das palavras*. São Luís: Café e Lápis, 2015.
- NERES, José. Dor e sofrimento na poesia de Mariana Luz: uma breve leitura de “Murmúrios”. In: SANTANA, Jucey Santos de; CANTANHEDE, João Carlos Pimentel. *Púcaro Literário II – Itapecuru, 200 anos*. São Luís: Edições Aicla, 2018.
- NERES, José. Representações da noite: Uma leitura de quatro sonetos de Laura Rosa. In *Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, v. 13, n. 26, 27 Dez 2022 Disponível em: <https://is.gd/UGwSj9>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- NEVES, Maria Thereza de Azevêdo. *No Pantheon*. São Luís: Gráfica Minerva, 2019.
- QUEVEDO, Rafael Campos. Os motivos romanescos em Um destino Provisório, de Lucy Teixeira. In: NERES, José; CAVALCANTE, Dino. *O século XX e a literatura maranhense: reflexões sobre a narrativa em prosa*. São Luís: Edufma, 2016. p. 133-166.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras – literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2ª ed. Campinas, Unicamp, 2003.
- RAMOS, Clóvis. *As aves que aqui gorjeiam – vozes femininas na poesia maranhense*. São Luís: Sioge, 1993.
- SANTANA, Gabriela. *Mariana Luz: Murmúrios e outros poemas*. Edições AML, 2021.
- SANTANA, Jucey Santos de. *Mariana Luz: vida e obras e coisas de Itapecuru*. São Luís, 2014.

SOUZA, Florentina. Gênero e “raça” na literatura brasileira. In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (org.) *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (org.) *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 411-442.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AO PROTAGONISMO FEMININO NA AMAZÔNIA

Cristina Félix de Araújo¹
Clarice Nascimento de Melo²

INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos estudos realizados sobre a História da Educação com foco na história da educação de mulheres no século XX destacando sua importância para a compreensão das práticas de um povo. O Texto está dividido em quatro seções, a primeira é esta introdução em que apresentamos de maneira sucinta nosso estudo. A segunda refletimos sobre a importância de estudar a história da educação de mulheres no contexto da história do tempo presente focando numa reflexão das transformações educacional específica das mulheres desde o século XX até os dias atuais. A terceira seção foca na História da Educação das mulheres, analisando o processo de silenciamento e a busca pelo protagonismo feminino no campo educacional. Por fim, a terceira seção discutirá a História da Educação das mulheres na Amazônia, região marcada por desafios específicos e uma rica diversidade cultural, e o impacto desses aspectos na educação feminina local. Ao final, apresentamos uma conclusão que busca integrar as reflexões apresentadas, discutindo como a análise histórica da educação pode contribuir para o entendimento das desigualdades educacionais e para a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva nos dias atuais.

INVESTIGAR E INSTIGAR: A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E SEU IMPACTO NO SER HUMANO

Estudar a história da educação nos ajuda a compreender as práticas educativas e as mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo.

¹ Mestranda em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). CV: <http://lattes.cnpq.br/1721414370734909>

² Doutorado em Educação (UFRN). Docente (UFPA). CV: <http://lattes.cnpq.br/7497279574536104>

Além disso, ajuda a contextualizar desafios contemporâneos, como por exemplo: a equidade educacional e a diversidade curricular. Ou seja, é um tipo de estudo que nos permite conhecer e relacionar as mudanças e rupturas dentro do processo educacional e ainda, a existência das desigualdades educacionais. Através desses conhecimentos, podemos problematizar as práticas educacionais nos diferentes momentos históricos. Para os autores, Rabelo e Rodrigues

estudar e escrever a História da Educação significa atuar, investigar e instigar a potencialidade do homem a partir do que se é enquanto homem, enquanto seres sociais; significa entender a História da Educação como uma construção que tem em si a condição de incitar o exercício do pensamento, a condição de optar, de tomar decisão sobre as diversas demandas do tempo presente (Rabelo; Rodrigues, 2010, p. 8).

Sobre a História do tempo presente, Lohn (2019), assegura que ela é parte de uma trajetória de reflexão historiográfica que a situa no campo da História demarcando temporalidades ainda em construção, que corresponde a história do passado e do presente ao mesmo tempo.

De acordo com o autor, é um campo de estudo que utiliza uma abordagem interdisciplinar com enfoque em memória e narrativa e que possibilita à análise e interpretação dos eventos recentes e contemporâneos buscando compreender não apenas o que aconteceu, mas também as repercussões desse acontecimento dentro de uma sociedade. Esse tipo de história valoriza fontes variadas, incluindo testemunhos pessoais, mídia contemporânea e documentação oficial. Além disso, explora como o presente se conecta ao passado recente ao mesmo tempo que é influenciado por ele. Esses estudos permitem, portanto, o esforço de compreender o campo político no tempo presente como dimensão cultural integrante das práticas e representações historicamente construídas na sociedade.

A história da educação de mulheres no contexto da história do tempo presente foca na análise das transformações educacional específica das mulheres desde o século XX até os dias atuais. Destaca como as oportunidades educacionais para mulheres mudaram em decorrência das mudanças sociais e políticas ao longo do tempo. Considera também

as lutas por igualdade de acesso à educação, as políticas educacionais que impactaram as mulheres e as contribuições das mulheres educadoras e suas contribuições na sociedade.

Na Amazônia, a história da educação perpassa por narrativas complexas marcada por muitos desafios próprios da relação sócio histórica brasileira. O texto “A Educação na Região Norte: apontamentos iniciais” trata de questões educacionais na região Norte, especificamente no Estado do Pará, com ênfase na diversidade cultural, incluindo a educação em áreas rurais, comunidades quilombolas e indígenas.

A partir de uma pesquisa que analisa documentos e projetos das organizações parceiras do Programa “Norte de Saberes”, esse estudo apresenta uma conclusão que a realidade dos moradores da Região Norte em vários aspectos, inclusive no aspecto educacional, demanda uma análise detalhada levando em consideração suas múltiplas dimensões e particularidades.

Bento, M. A. da S. et al. (2013), destaca que o estudo se pautou em duas dimensões da realidade amazônica: a rica diversidade humana moradora espalhada por uma extensa área rica em recursos naturais e o reconhecimento da grande disparidade econômica e social que contrasta com outras áreas do Brasil, apesar das vastas riquezas naturais da região. Nesse sentido,

a riqueza que a distingue é uma condição que sempre aparece junto com elementos como cobiça e ganância, que se revelam presentes na história de exclusão e expropriação da região (Bento et al., 2013, p. 5).

A educação nesta região está intrinsecamente relacionada à diversidade das condições de vida local, conhecimentos, valores, práticas sociais e educacionais, assim como a uma variedade de indivíduos, incluindo tanto camponeses quanto moradores urbanos e periféricos das cidades. Seus dois maiores estados, Amazonas e Pará, apresentam distribuições populacionais bastante contrastantes. Enquanto aproximadamente 70% da população do Amazonas reside na capital, no Estado do Pará esse mesmo percentual reside no interior, com apenas cerca de 30% na região metropolitana de Belém.

Essa diversidade torna-se um problema enfrentado por pesquisadores quando da intenção de coletar informações sobre a educação na região Norte do Brasil em virtude da realidade de condições frequentemente adversas e desafiadoras como por exemplo, a extensão territorial e a dificuldade de acesso, seja pelos pesquisadores ou pela comunidade para frequentar a escola.

Sobre a História da Educação, Bento, M. A. da S. et al. (2013), descreve historicamente dois momentos de destaque para as experiências pedagógicas no Brasil: a educação desenvolvida pelos jesuítas no período da colonização e a Revolução Cabana ou Cabanagem. Essa revolução é considerada um acontecimento que modifica a forma como a educação foi concebida e realizada na região. Dessa maneira,

por quase um século, desde que foram fundados, apenas dois institutos se ocuparam com a formação de professores em nível médio: o Instituto de Educação do Estado do Pará, em Belém, e o Instituto de Educação do Amazonas, em Manaus. Os demais Estados (quatro deles foram formados após a Constituinte de 1988) não possuíam instituições dessa natureza. Quase todas as instituições de formação profissional, na área de educação, datam da última década do século XX (Bento et al., 2013, p. 11).

DO SILENCIAMENTO AO PROTAGONISMO: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Para compreender a História da Educação de mulheres é preciso compreender um pouco da História das mulheres que vai desde o silenciamento até seu protagonismo. Nesse estudo destacamos as contribuições de Rosenberg (2016), Perrot (2005), Guedes e Passos (2022), Telles (2014), Louro (2004; 2012) e Lunz (2018).

De acordo com Rosenberg (2016), a presença feminina na educação é algo recente. E mais recente ainda são os estudos sobre História da Educação de Mulheres. Para a autora, “várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer deste acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a dos meninos e rapazes em decorrência da saúde frágil, sua

inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior para as jovens brasileiras”. (Rosenberg, 2016, p. 334).

A expansão da escola pública no Brasil entre os anos 1960 e 1980 ocorre devido o processo de modernização que tinha como foco a industrialização. Essa conjuntura propiciou a integração da mulher na sociedade através de educação e do trabalho e, ao mesmo tempo, marca também a inserção da mulher na historiografia brasileira.

“A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história” (SCOTT, 1992, 77). Os anos de 1970 e 1980 são caracterizados por intensas lutas sociais que visavam o término da ditadura e o progresso dos movimentos feministas. Nesse período também, as pesquisas sobre a história das mulheres e do gênero crescem no Brasil. De acordo com Sepuvelda, Schueller e Baez (2021), alguns registros de grupos de estudos femininos se situavam entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, eram formados por mulheres que voltavam dos Estados Unidos e de países da Europa. De modo geral, professoras universitárias que desenvolviam investigações sobre a temática. (Sepuvelda; Schueler; Baez, 2021, p. 1).

Escrever a história das mulheres é um desafio árduo (Silva, 2008). Após séculos de invisibilidade, o estudo sobre o tema emergiu como uma área de investigação claramente definida apenas nos anos 1980 para os historiadores. Desde então, houve um aumento significativo de publicações, refletido no crescimento de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios dedicados ao assunto. Para a autora,

escrita fundamentalmente por homens, a narrativa histórica se absteve de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós (Silva, 2008, p. 2).

Michelle Perrot em “As mulheres ou os silêncios da história”, faz uma reflexão sobre o silenciamento imposto socialmente pelas religiões, pelos sistemas políticos ou pelos manuais de comportamento. Essa imposição

as impediam de participar da vida religiosa, das assembleias de decisões política, de se manifestar publicamente. Na vida privada, não foi diferente, elas tinham de ter uma vida de submissão. Essa prática contribuiu de certa forma para a ausência da história das mulheres.

Guedes e Passos (2022) afirmam que o apagamento da figura da mulher na história da educação carrega relação com o positivismo fundado numa filosofia positivista, que enfatizava a ciência e a ordem. Quanto as mulheres, ficaram marginalizadas diante das limitações de acesso a oportunidades acadêmicas e profissionais. A abordagem positivista reforçou a visão tradicional de gênero, dificultando a igualdade e a inclusão feminina nas esferas públicas e científicas.

Apesar disso, o positivismo influenciou a Escola dos *Annales* ao enfatizar a ciência e a objetividade na história. Contudo, essa escola se distanciou do positivismo ao adotar uma abordagem mais ampla, incluindo aspectos sociais e culturais. Isso permitiu uma análise mais rica e inclusiva, valorizando novas dimensões da história, como a das mulheres.

No texto, “A presença das mulheres na história da educação no Brasil”, as autoras analisam a construção do campo da história da educação e a contribuição de algumas mulheres na história da educação brasileira. Esse estudo traz grande contribuição para a compreensão sobre a História da educação de mulheres, nele, as autoras investigam

a presença das mulheres nos livros sobre a história da educação brasileira, a partir da busca pela presença das educadoras e influenciadoras da educação: Benedita da Trindade do Lado de Cristo (1800-1875), Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Anália Emília Franco (1853, 1919), Maria Lacerda de Moura (1887-1945) Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), Antonieta de Barros (1901-1952), Cecília Benevides de Carvalho Meireles (1901-1964), Elza Maia Costa Oliveira (1916-1986), Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), (Guedes e Passos, 2022, p. 3 e 4)

Embora no campo de pesquisa da história da educação os nomes de estudiosos sejam mais evidentes como por exemplo Paulo Freire, Demerval Saviani, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, há, na atualidade, ações que buscam mostrar as contribuições das mulheres. Esse texto faz referência

a alguns projetos como o “Pioneiras da ciência” e “Educativo Pioneiras”, alguns estudos e várias publicações de livros e artigos discutindo ou apresentando história de mulheres a partir de suas vivências e participação na sociedade. As mulheres têm muito a contribuir com a história da educação de mulheres, desde que possam expressarem-se, no entanto, ao longo dos anos as mulheres foram silenciadas na história e da história, o que ainda impacta na produção científica, literária e historiográfica (Guedes e Passos, 2022, p. 2).

Especificamente refletindo sobre a história da educação de mulheres, as autoras destacam as reflexões de Antônia Telles (2014) e Michelle Perrot (2005) que apresentam convergências e divergências sobre as contribuições da Escola dos *Analles* e a história das mulheres.

Telles (2014) destaca dois acontecimentos essenciais para o fortalecimento da história das mulheres: o Movimento feminista e a “Nova História”. O movimento feminista foi fundamental para a história das mulheres ao desafiar normas patriarcais e lutar por direitos iguais proporcionou a inclusão das experiências femininas na historiografia. A “nova história” contribui com a história da educação de mulheres por apresentar uma maior flexibilidade no que tange aos tipos de fontes e na ampliação de aportes teóricos metodológicos e transformou o estudo das mulheres ao focar nas experiências e contribuições femininas, antes negligenciadas.

Michelle Perrot (2005) afirma que embora essa escola represente um grande movimento que mereça destaque na historiografia, os estudos realizados nas duas primeiras gerações dos *Analles*, não significou grande mudança em relação a esse campo de estudo. Na terceira geração, a partir de 1970, com a Nova História, as mulheres foram incluídas na história, no entanto, apesar de abordar novos temas não se permitiu discutir a questão de gênero. (Guedes e Passos, 2022, p. 5).

Telles (2014) afirma que

A mulher no contexto da História da Educação é vista com certa contradição, pelo fato de ter sido marginalizada ao mesmo tempo em que foi integrada como educanda e mestre. Inicialmente tratada intelectualmente como inferior, mas ao mesmo tempo, foi considerada portadora

de características essenciais para desempenhar a função de mãe e primeira educadora de acordo com o discurso positivista, no final do século XIX (Telles, 2014, p. 15).

O texto “Uma Leitura da Educação sob uma Perspectiva de Gênero”, de Guacira Lopes Louro, apresenta como as categorias de gênero moldam e são moldadas pelos processos educacionais. Argumentando que não há neutralidade na educação, ela discute como, historicamente, a escola, tem perpetuado papéis tradicionais e expectativas de gênero, limitando as possibilidades educacionais e sociais das mulheres. Para a autora, a leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero só poderá avançar quando a sociedade compreender que essa categoria é ao mesmo tempo social e biológica.

No final do século XX, a maioria das pesquisas em educação apontava para descrição de atores sociais sempre descrito no masculino (os alunos, os professores), ou usando termos genéricos para definir um grupo pesquisado como (a classe trabalhadora, o professorado). A autora assegura que essas características não necessariamente reafirmam uma predominância do masculino sob o feminino, apenas demonstra um período histórico vinculado a um paradigma que discutiu categorias que englobava o coletivo (raça, classe), por isso autora compreende que uma história da educação na perspectiva de gênero poderia dar conta de explicação até então não explicada sob o olhar científico.

Louro (2012) propõe uma abordagem crítica e transformadora da educação, que reconheça e conteste essas hierarquias de gênero, promovendo a igualdade e a autonomia das mulheres dentro e fora do ambiente educacional. No entanto, é importante enfatizar que a construção de gênero não ocorre por meio de um processo de imposição unilateral da sociedade, ou seja, não são as atitudes e valores perpetuados socialmente como adequados que irá determinar como as pessoas vão absorver determinados comportamentos, cabe ao historiador ou historiadora estarem atentos à complexidade desse processo. Sob essa perspectiva, compreender os fenômenos educacionais não se resume no estudo do ambiente escolar, visto que a formação não ocorre apenas dentro dos muros da escola.

Podemos destacar também o trabalho de Guacira Louro (2004) no texto *Mulheres na sala de aula*, que traz como cenário o contexto social

brasileiro marcado pela ideia de modernização do final do século XIX que incluiu as mulheres no processo educacional, no entanto, delimita o papel da mulher na sociedade, em que

elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (Louro, 2004, p. 374)

Diante dos estudos citados entendemos que é importante escrever a história das mulheres por compreender que história das mulheres tem ganhado relevância possibilitando a emergência de uma História das Mulheres (Lunz, 2018. p. 51).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MULHERES NA AMAZÔNIA

Agora apresentaremos algumas contribuições de autoras e autores sobre a História da Educação de mulheres na Amazônia. O texto “História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX” trata da interação entre mulher, história e educação destacando o protagonismo das educadoras belenenses na primeira metade do século XX.

De acordo com as autoras, o projeto de sociedade que tornava as mulheres invisíveis resulta no reduzido número de fontes e que contribui para uma dificuldade em resgatar a história da educação feminina. As autoras utilizam como referência para esse estudo, a história de Maria Antonieta Serra Freire e Nina Ayres publicada na Revista Escola que constitui uma importante fonte dessa pesquisa.

Na busca por produções sobre trabalhos na área da História da Educação, Silva e Sabino (2021) realizaram um levantamento em três programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Pará e constataram que entre 2005 a 2018, cinquenta e três dissertações e vinte cinco teses foram defendidas. No entanto,

desses estudos, apenas duas teses trazem como objetivo principal fazer-se conhecer o pensamento educacional de mulheres na história e/ou sobre o reconhecimento da

mulher como Intelectual, Educadora e proponente de paradigmas de formação. E, uma dissertação que tangencia a discussão, apontando a colaboração de mulheres com textos na Revista A Escola, embora não se aprofunde nessa questão, posto que seu objetivo orbitava em torno de questões outras, referentes à representação discursiva sobre a infância (Silva; Sabino, 2021, p. 3).

As duas teses que tratam do pensamento educacional são a de Adriane Lima (2016), que investiga uma proposta de educação para mulheres elaborada por mulheres intelectuais, e a de Ana Maria Corrêa (2017), que analisa o pensamento educacional a partir da professora paraense Ester Nunes Bibas e sua produção didático-pedagógica. Destaca-se que somente o estudo de Ana Maria está vinculado à história da educação no Pará.

Correa (2017) oferece uma análise aprofundada sobre a mulher, abordando tanto sua posição como sujeito quanto como objeto de estudo sob a ótica da história cultural. A autora examina o papel emergente das mulheres no campo historiográfico, destacando a importância dos novos sujeitos e, por que não dizer, das novas sujeitas, na construção da narrativa histórica. Neste contexto, o trabalho de Correa enfoca especificamente a presença feminina no magistério primário, explorando essa realidade a partir da perspectiva da professora paraense Ester Nunes Bibas e a sua produção Didático-Pedagógica. A pesquisa investiga como essa mulher contribuiu para a educação e como suas experiências e trajetória pessoal foi moldada e refletiu na sua prática educacional.

Observamos nesse texto que embora traga a proposta de discutir o protagonismo feminino não deixa de discutir historicamente os desafios enfrentados por mulheres para conquistar o espaço público. Segundo a autora, os valores patriarcais estabeleceram um lugar de silêncio para a mulher. Na sociedade paraense não foi diferente, pois

as experiências e as proposições para o campo da educação, vivenciadas e produzidas por mulheres não foram referenciadas pela história da educação e com o passar do tempo, o esquecimento e a perda dessa memória histórica tornaram-se as marcas do silêncio e da ocultação da atuação feminina (Corrêa, 2017, p. 24).

No entanto, a mulher leu e escreveu, apesar disso, essa produção cultural, no contexto social de outrora não foi valorizado. Para a autora, essa desvalorização das produções escritas das mulheres faz parte de um projeto de sociedade que limitava a participação feminina socialmente tentando deixá-las em condições de segregação e exclusão.

Outro texto relevante que abordamos neste trabalho é “História da Educação das Mulheres: Entre Agulhas, Prendas Domésticas e o Magistério”. Neste estudo, as autoras se dedicam a examinar a trajetória da educação feminina através de uma pesquisa que combina uma abordagem histórica com uma análise das condições sociais, políticas, econômicas e culturais da época. O objetivo é investigar a forma como a educação foi organizada e oferecida às mulheres ao longo da história, além de analisar como as práticas educacionais foram influenciadas e moldadas pelas condições socioculturais da época.

A pesquisa se concentra em compreender como a educação escolarizada foi implementada para as mulheres e como essa educação, muitas vezes centrada em atividades domésticas e habilidades práticas, influenciou e moldou a vida dessas mulheres e os papéis sociais por elas desempenhados. As autoras destacam que muitos dos aspectos e resquícios dessa educação ainda são evidentes nos contextos atuais, demonstrando a persistência de certas normas e expectativas que se originaram em períodos históricos anteriores. A análise inclui a influência das práticas educacionais na formação das mulheres e a maneira como essas práticas continuam a impactar suas experiências e ocupações nos dias atuais, refletindo a evolução e a continuidade dos papéis femininos na sociedade.

Para as autoras,

uma história da educação feminina parece ter uma dupla finalidade: por um lado, escrevermos uma história das mulheres vivenciada em um determinado tempo, uma história silenciada e pouco visibilizada; por outro lado, analisarmos e registramos uma história que a elas foi ofertada, em dado local e período (Ferreira, Mattos E Geles, 2021, p. 17).

Concordamos com as autoras de que essa história envolve lutas pela formação e pelo acesso a espaços. Destacamos que existem diversas histórias de superação e sucesso de mulheres que merecem ser contadas. Trata-se de

uma história da educação das mulheres a partir de um olhar segundo o qual elas são vistas como mulheres vencedoras, mulheres que não se submeteram ao lugar que lhes era destinado pelo patriarcado, pela sociedade ou pela religião. Adotamos uma concepção com base na qual defendemos que mulheres romperam fronteiras e encararam tanto os bancos escolares para sua formação quanto, posteriormente, a atuação no magistério como uma possibilidade de conquistar a independência financeira e como condição para deixarem de sobreviver às expensas de seus pais, familiares ou maridos; enfim, foram em busca da própria subsistência e autonomia frente a quem as queria cercear (Ferreira, Mattos E Geles, 2021, p. 18).

Consideramos que a história da educação das mulheres, especialmente no século XX, é marcada por conquistas significativas, mas também por desafios contínuos que evidenciam a persistência de desigualdades e silenciamentos ao longo do tempo. A trajetória das mulheres na educação revela um processo de transformação, no qual o acesso à educação formal, antes restrito, possibilitou sua inserção no mercado de trabalho e em áreas de atuação anteriormente dominadas por homens. No entanto, essa evolução não foi sem obstáculos. O silenciamento e a marginalização das mulheres na historiografia e na prática educativa, tanto em nível nacional quanto regional, especialmente na Amazônia, evidenciam a complexidade dessa história.

A resistência e o protagonismo feminino nas escolas e na sociedade refletem o movimento contínuo de luta por reconhecimento e igualdade, como evidenciado pelos estudos de autoras e autores dentre os quais citamos alguns no decorrer do texto. No caso específico da Amazônia, a história da educação das mulheres é ainda mais rica e complexa, marcada por desafios próprios da região, como a diversidade cultural e a exclusão social e educacional. Mesmo assim, as mulheres, como educadoras e intelectuais, têm deixado um legado fundamental, que, embora silenciado por um longo período, começa a emergir com mais força nas últimas décadas.

Portanto, estudar a história da educação das mulheres é tanto resgatar um passado até então invisibilizado, como também entender as estruturas sociais e educacionais que ainda condicionam o papel da

mulher na sociedade. É preciso, assim, reconhecer o papel fundamental das mulheres no processo educativo, reafirmando suas contribuições históricas e culturais e promovendo um ambiente educacional que contemple a equidade de gênero.

REFERENCIAS

BENTO, M. A. da S. et al. A Educação na Região Norte. **Amazônica Revista de Antropologia**. V. 15. N. 2, 2023.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica**: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9490>. Acesso em: 09 jul. 2024.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na história da educação no Brasil. **Revista Teias**, 2022, 167–189. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.67213> (2022).

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; MATTOS, Sandra Jung de Mattos; GELES, Yésica Paola Montes. História da educação das mulheres: entre agulhas, prendas domésticas e o magistério (Mato Grosso/Brasil e Caribe/Colômbia). Dourados, MS: Editora UEMS, 2021. 358 p.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido**. In Coleção história do tempo presente: volume 1 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação para mulheres e processos de descolonização da américa latina no século XIX**: Nísia Floresta e *Soledad Acosta de Samper*. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://is.gd/nHaLsM>. Acesso em: 4 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. (2012). **Uma leitura da história da educação sob uma perspectiva do gênero**. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 11. Recuperado de <https://is.gd/VkrTWD>

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUNZ, Leandro da Silva. **Mulher e História**: da invisibilidade à sujeito de análise (2008) REHR| Dourados, MS | v. 12 | n. 23 | p. 49-67jan. / jun. 2018. Disponível em <https://is.gd/Ua6Gub>

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2ª ed. 2017

RABELO, Islei Gonçalves; RODRIGUES, Rosângela Silveira. **A História da Educação e a formação docente**: possibilidades e contribuições para uma prática emancipada e emancipadora. V CINFE – Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Maio de 2010 – Caxias do Sul – RS – Brasil. ISSN 2177 – 644 X

RODRIGUES, Gisele Tavares de Souza. SILVA, Luciene Clea da Silva; SARAT, Magda. História e profissão docente: a trajetória de uma professora do interior de Mato Grosso do Sul (1982 - 2012). **Revista OLHARES**, V. 7, n. 3 - Guarulhos, novembro de 2019 - ISSN 2317 -7853.

ROSENBERG, Fúlvia. **Mulheres educadas e a educação de mulheres**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2ª ed. 2016, p. 333-359.

SCOOT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: ed. UNESP, 1992.

SEPULVEDA, Denize. SCHUELER, Alessandra. BAEZ, Jez. Apresentação – Dossiê História das Mulheres e Educação: perspectivas de pesquisa e formação de professores. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V.7, N.2-pág. 709-715 mai-agode 2021: “Dossiê História das Mulheres e Educação” –DOI: 10.12957/riae.2021.63424.

SILVA, Tania Maria Gomes. **Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil**. *Politeia - História E Sociedade*, 2008. Texto disponível em: <https://is.gd/bDsttO>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SILVA, Livia Sousa da; SABINO, Eliane Barreto. História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX. **Revista Cocar** V.15.N.33/2021 p.1-20 <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. **A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980)**. In: ANPED SUL, X, 2014, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: X ANPED SUL, 2014 p. 1-17. Disponível em: <https://is.gd/rENqcr>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SUELI CARNEIRO: CONTRIBUIÇÕES DE UMA INTELLECTUAL E FEMINISTA NEGRA BRASILEIRA AO PENSAMENTO DECOLONIAL

Wanderson Diogo Andrade da Silva¹
Marina Ferreira²

INTRODUÇÃO

Sueli Carneiro é uma renomada intelectual orgânica brasileira que apresenta uma importante contribuição aos estudos sobre as questões raciais, as temáticas feministas e ao campo da decolonialidade. Neste texto, apresentaremos um pouco da sua história de vida, militância e intelectualidade, cujas articulações dessas três dimensões nos permitem vislumbrar como as problemáticas abordadas por ela ultrapassam o caminho acadêmico e podem ser concebidas como ferramentas de luta e sobrevivência de Sueli.

Os estudos decoloniais apresentam forte responsabilidade para com as pautas raciais e de gênero, de modo que o reconhecimento e a discussão acerca do epistemicídio é primordial a este campo de estudo. O entendimento da invisibilidade dos subalternizados na sua condição de sujeitos de conhecimento é um dos motores dessas pesquisas, que coadunam com a luta pelo reconhecimento e pela valorização da nossa intelectualidade.

Pensando no panorama latino-americano, encontramos no pensamento de Sueli Carneiro discussões sobre o lugar que é permitido aos negros e negras no Brasil, a sua colocação, o pertencimento racial e a política de morte na qual estamos inseridos. Ela discute com elementos do cotidiano (acontecimentos públicos e notórios), nos textos presentes no *Jornal Correio Braziliense*, as questões bases do racismo estrutural e traz apontamentos de luta e resistência nos mesmos.

¹Doutor em Educação (UFMG). Professor (UECE). Colaborador (MPEC-UFOP e MPECM-UFV).
CV: <http://lattes.cnpq.br/9517476282566295>

²Mestra em Educação para a Ciência (UNESP). Professora (SME / Monte Alto – SP).
CV: <http://lattes.cnpq.br/1052247013787195>

Em sua obra, Sueli “demonstra a existência de um contrato social que sela um acordo de exclusão social e subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre uma função estratégica de tecnologia do biopoder” (Bartholomeu, 2020, p. 5). Esse contrato social transpassa a vida cotidiana das pessoas negras, negando suas possibilidades de ascensão social e de serem reconhecidas como seres humanos. A produção de conhecimento das pessoas negras também é invalidada pela lógica colonial, sendo exterminadas as possibilidades de existências de epistemologias outras fora do norte global.

A potência da intelectualidade de Sueli Carneiro não decorre apenas da sua vivência na academia, mas também do seu autorreconhecimento como mulher negra e, conseqüentemente, como feminista negra, demarcando, desde esse entendimento, a existência de diferentes opressões enfrentadas por mulheres brancas e mulheres negras, ou seja, entendendo a mulher como um ser não universal. O encontro entre as dimensões experienciais de mulher negra e militante dentro e fora da academia acabam por gerar um tom de escrevivência³ em algumas obras de Sueli, dando ainda mais sentido ao que ela busca expressar.

No sentido de entender os caminhos que levaram Sueli à sua militância e sobrevivência escrita, apresentamos, nas páginas que seguem, sua breve biografia, com destaque para algumas de suas principais obras que têm influenciado o pensamento decolonial no Brasil. Trata-se de um ensaio teórico, onde discutimos alguns pontos desses aportes e, posteriormente, relacionamos essa escrita aos pensamentos decoloniais, de forma a entender como estão interligadas. Por fim, traçamos algumas considerações sobre o impacto desses escritos de vida nas nossas questões sociais e educacionais brasileiras.

VIDA E OBRA DE SUELI CARNEIRO

Nascida em 24 de junho de 1950, na cidade de São Paulo, Aparecida Sueli Carneiro é uma mulher negra, filha do ferroviário José Horácio Carneiro com a costureira Eva Alves Carneiro (Carneiro, 2005). Iniciou a sua vida acadêmica no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1971, cujo contexto sociopolítico daquela época, decor-

³“A escrevivência neste sentido significa contar histórias de vida absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas” (Bartholomeu, 2020, p. 10).

rente da ditadura militar, lhe aproximou das discussões e participação nos movimentos feminista e negro. Desde então, sua experiência de vida e sua intelectualidade têm contribuído com insurgências nos modos de pensar os direitos humanos na academia e na sociedade.

No início dos anos 1980, ingressou no Mestrado em Filosofia da USP, mas não pode concluí-lo por diversos fatores. No entanto, foi por meio dele que teve o primeiro contato com o pensamento de Michel Foucault, que se tornou um dos principais teóricos utilizados pela autora em seus escritos sobre relações raciais no Brasil; retornando à pós-graduação em 1999 para concluir o seu mestrado (Carneiro, 2005). Durante o tempo em que esteve afastada da academia, “[...] permaneceu se sustentando na observação empírica e na ação militante de combate ao racismo e à discriminação racial das relações raciais [...]” (Carneiro, 2005, p. 8), isto é, não se distanciou da luta do movimento negro.

Em 2005, concluiu o Doutorado em Educação na USP. Como mulher negra e de origem pobre, teve que confrontar o destino que o seu pai havia idealizado para ela e suas irmãs, que, sob a lógica do patriarcado, via as mulheres como subalternas à vontade dos homens. Conforme Bastos e Lima (2020, p. 751-752):

Isso provocou atritos em sua relação com o pai, que considerava que, mesmo com os estudos, o que no fundo importaria seria o homem que estivesse ao seu lado. Mas, Sueli não aceitou essa situação passivamente e não se comportou como tábula rasa perante os ensinamentos de seu pai. E, com isso, foi amparada por sua mãe, que esperava dar um destino diferente às suas filhas, já que com o casamento teve que abdicar de seu emprego como costureira.

Foi, então, que Sueli, mesmo confrontando o seu pai e o patriarcado, se casou para buscar construir a sua liberdade em 1973, embora isso tenha gerado desconfortos em sua família pelo fato de o seu marido, o filósofo Maurice Jacoel, ser um homem branco, cujo relacionamento resultou em sua única filha, Luanda, nascida em 1980 (Bastos; Lima, 2020). Ainda na década de 1980, Sueli endossou as reivindicações pela participação de uma mulher negra como representante no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, que era formado apenas por mulheres brancas.

Em 1988, Sueli fundou o Geledés Instituto da Mulher Negra, que “é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de

mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira” (Portal Geledés, 2016, *online*), além de se posicionar contra outros tipos de discriminações que ferem os direitos humanos. Suas ações frente ao Geledés resultaram em mudanças no Sistema Único de Saúde (SUS), que, pela primeira vez, em 1990, passou a registrar, nas fichas de atendimento das unidades de saúde, a cor das mulheres atendidas em São Paulo.

Ao longo do seu ativismo dentro e fora da academia, Sueli ganhou diversos prêmios e honrarias no Brasil e no exterior, resultado de suas contribuições para um mundo menos racista, machista e preconceituoso, dentre os quais destacam-se: o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Senado Federal em 2003, pela sua defesa às questões de gênero e os direitos das mulheres, e o título de doutora *honoris causa*⁴ pela Universidade de Brasília (UnB) em 2022, sendo ela a primeira mulher negra a receber esse título na referida universidade.

Em 2009, a trajetória de Sueli foi narrada no livro *Sueli Carneiro* (Borges, 2009), integrando a Coleção Retratos do Brasil Negro, coordenada por Vera Lúcia Benedito, e em 2021 foi lançada a sua biografia, pela Companhia das Letras, intitulada *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro* (Santana, 2021). Em 2018, a filósofa e ativista negra Djamila Ribeiro criou o selo editorial Sueli Carneiro como forma de homenagear e reconhecer a importância da intelectual para a humanidade, já tendo publicado importantes livros relacionados a gênero, raça e direitos humanos.

Sueli Carneiro transformou o seu pensamento e as suas experiências de vida, como mulher negra e filósofa, em diversos textos publicados em variados formatos e fontes de circulação, de forma a serem de fácil acesso até mesmo fora do ambiente acadêmico. Conforme dados da sua página⁵ na plataforma Currículo Lattes⁶, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizado pela última vez por ela em 30 de março de 2009, foi em jornais que suas reflexões acerca do racismo,

⁴ Trata-se do título mais importante concedido por uma Universidade, após aprovação do Conselho Universitário, como forma de reconhecimento a personalidades, acadêmicas ou não, que contribuíram de forma significativa com a sociedade.

⁵ Link para acesso ao Currículo Lattes da autora: <http://lattes.cnpq.br/7678739683880251>

⁶ A Plataforma Lattes reúne informações dos currículos, grupos de pesquisas e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e pode ser acessado no link: <https://lattes.cnpq.br/>

direitos humanos e feminismo negro ecoaram. Entre 1999 e 2008 foram publicadas 153 matérias em jornais, além de mais 30 anteriores a 1999, mas que não possuem data de publicação. A maioria desse material foi publicado no *Jornal Correio Braziliense*, dentre outros jornais de grande circulação no Brasil.

Publicou, ainda, 11 artigos em periódicos científicos no Brasil e no exterior entre 1994 e 2003, 3 livros entre 1985 e 2006 e 17 capítulos de livro entre 1994 e 2008. No entanto, pelo fato de o seu currículo estar desatualizado há 13 anos, sua produção intelectual é maior do que esse quantitativo apresentado, pois há diversas publicações recentes da autora e que não foram inseridas por ela nessa plataforma, como *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (Carneiro, 2011), *Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro* (Nascimento; Gonzalez; Carneiro, 2019) e *Escritos de uma vida* (Carneiro, 2019), dentre outros.

Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil é um dos livros mais conhecidos de Carneiro (2011) e reúne um conjunto de textos originalmente publicados no *Correio Braziliense*, o qual iremos nos atentar mais à frente na discussão de algumas reflexões presentes nessa sua coletânea de textos.

O livro apresenta dados estatísticos e relata situações de racismo e discriminação, visto que são variáveis independentes e explicativas das desigualdades, além de apresentar as demandas da população negra, que é vítima de uma sociedade racista. São apresentadas políticas públicas, documentos, projetos de leis, políticas de ação afirmativa e conceitos, como o de branquitude. Há também comparativos do Brasil com outros países, baseados em dados e taxas do IBGE e do Ipea (Armindo, 2019, p. 260).

A autora expõe uma triste realidade, fruto do sistema de escravidão que culminou, e ainda se mantém, na falta de direitos humanos, visto que “alguns humanos são mais ou menos humanos que outros” (Carneiro, 2011, p. 14). A autora evidencia que a falta de direitos das pessoas negras é uma forma de manutenção da segregação de uma classe beneficiada em detrimento de outra que é silenciada.

Sueli aponta que “as primeiras políticas de inclusão racial” no Brasil foram concebidas no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo mais acentuadas durante o governo do ex-presidente

Lula (PT), no qual “aprofundou esse compromisso com a erradicação das desigualdades raciais” (Carneiro, 2011, p. 18). Entretanto, como ela reafirmou no Podcast *Mano a Mano* (2022), essa busca pela universalização da educação abarca o mito da democracia racial, que não consegue extinguir os processos de exclusão que se sustentam nos privilégios.

Escritos de uma vida também reúne textos originalmente publicados na imprensa brasileira e foi prefaciado e apresentado por outras duas grandes intelectuais negras brasileiras: Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro. Porém, Frateschi (2021) chama a atenção para o fato de que este livro tem ganhado pouca atenção na academia, mesmo o seu conteúdo sendo de grande relevância para rememorar momentos históricos vivenciados pelo país no contexto da ditadura. O livro:

[...] é uma viagem no tempo e um convite a rememorar-mos momentos marcantes das décadas que sucederam o fim da ditadura. Nesse sentido, é como uma história da redemocratização – desde as articulações prévias à Constituinte, passando pela formação da nova Constituição, pela consolidação dos movimentos de mulheres negras em diálogo e disputa tanto com os movimentos feminista e negro quanto com o Estado – narrada e analisada da perspectiva de uma das mais importantes ativistas e teóricas negras do Brasil (Frateschi, 2021, *online*).

A tese de doutorado de Sueli é outra potente produção intelectual, intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, que se tornou uma importante referência para se pensar as relações raciais no Brasil. Decorrente da sua aproximação com o pensamento de Michel Foucault, a autora se tornou a primeira pensadora a apresentar, através da perspectiva de Foucault, a possibilidade de raça como um dispositivo biopolítico e entender a experiência racial do Brasil de forma articulada à educação. Assim, a pesquisa buscou o entendimento da questão racial dentro dos conceitos de dispositivo de biopoder, dando foco a profundidade epistemicida desta problemática (Carneiro, 2005).

Dessa forma, a política pública de cotas nas universidades públicas acabou surtindo em nosso país imensas “ofensivas conservadoras jamais vistas” (Carneiro 2011, p. 25) pelas classes mais privilegiadas, ressaltando que dessa maneira estariam “pondo em risco o mérito e a qualidade do

ensino superior e jogando no mercado profissionais ‘despreparados’” (Carneiro, p. 10-11), indicando que nossa sociedade não estava preparada para uma organização social, de fato, mais justa e igualitária.

Dentre as reflexões tecidas na tese de Sueli está a noção de epistemicídio, baseada no pensamento do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, no qual a autora entende que esse conceito possibilita “compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo” (Carneiro, 2005, p. 98). Conforme destacam Passos e Pinheiro (2021, p. 23), “para Sueli Carneiro, o conceito de epistemicídio é útil para debatermos sobre as desqualificações constantes atribuídas as/ aos sujeitas/os afro-brasileiras/os e seus conhecimentos”.

Um dos aspectos relevantes do pensamento de Sueli diz respeito ao seu olhar para a condição das pessoas negras no Brasil a partir da sua própria experiência da diferença posta pela colonialidade. Não se trata apenas de reservar um cantinho, dentro dessa lógica, para negros e negras, mas de (re)construir um lugar epistêmico das pessoas negras na nossa sociedade.

Além das obras aqui destacadas, existem outras que disseminam o pensamento de Sueli Carneiro, nos ajudando a entender como o racismo, o machismo e outras violências contra os grupos minoritários e minorizados operam para naturalizar hierarquias sociais não apenas no Brasil, mas no mundo.

CONTRIBUIÇÕES DE SUELI CARNEIRO AO PENSAMENTO DECOLONIAL

A história de vida e as lutas de Sueli Carneiro contribuíram para o seu entendimento sobre como a intersecção entre as questões de raça, gênero e acerca dos direitos humanos são essenciais, servindo como ótimas contribuições ao pensamento decolonial. Com base em suas obras *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (2011) e *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (2005), e nas análises realizadas por Lobato (2020) no trabalho *Contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento decolonial, feminista e anti-racista latino-americano*, apontaremos algumas colaborações e influências ao pensamento decolonial dadas pela autora.

A coletânea de textos publicados no *Jornal Correio Braziliense* apresenta as visões suleadas da escritora sobre racismo e sexismo envoltas em críticas e reflexões que passeiam por situações cotidianas, políticas, midiáticas, trabalhistas, educacionais etc. Dessa forma, Sueli Carneiro está dentro da perspectiva de estudos que entendemos como decolonial, sendo um estudo característico do pensar sobre a América Latina por questionar e buscar soluções para as problemáticas regionais, reconhecendo a nossa história de formação e a entendendo sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar (Novion; Costilla; Ayala, 2014).

Ao olharmos para a colonialidade e a modernidade, devemos pensar nos elementos que promovem a hierarquização social, a exploração de uma classe pela outra, bem como os privilégios de detenção intelectual e de produção acadêmica. Sendo assim, consideramos essencial a busca pelos estudos críticos que olhem para nós mesmos, ou seja, as produções latino-americanas que visam estudar nossas especificidade e enredamentos, dando visibilidade a ideias e experiências que foram e ainda são muito silenciadas (Lobato, 2020).

A hierarquia de conhecimentos baseados em um juízo eurocêntrico é o que chamamos de colonialidade do saber e consideramos importantes as reflexões de Sueli Carneiro nessa ruptura de dominação, principalmente na colonialidade do poder, que é o principal alvo de crítica de seus textos. As contribuições que visam à superação da subalternidade de corpos, raça, gênero e sexualidade se encontram no posicionamento feminista negro da autora, que pode ser entendido como um projeto de decolonialidade teórica-metodológica (Lobato, 2020).

Por meio de seu material presente no *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, já é possível identificar a postura decolonial em prática, uma vez que um corpo negro e feminino ocupa um local de colonista do *Jornal Correio Braziliense*, e esse corpo debate, luta, clama pela equidade de gênero, pela representatividade e sobrevivência da pessoa negra em um país que só atira pela cor. Se você, leitor e leitora, tiver a oportunidade de ter contato com esta obra, abra no tema *Gênero*, especificamente em *O matriarcado da miséria*, e verá como ela relaciona raça, gênero e classe para discutir a locação de trabalho de mulheres negras em nosso país.

Este capítulo é um exemplo de como funciona o racismo estrutural, onde ela argumenta que o dispositivo de exclusão é o biopoder (a racialidade), sendo, por meio dele, que se decidem as ocupações das mulheres negras em trabalhos precarizados, sem carteira assinada e normalmente como empregadas domésticas (Carneiro, 2011). Isso se deve, principalmente, pelo processo de epistemicídio, que se utiliza de mecanismos como a morte da população negra (necropolítica) e o seu não acesso à educação ou a altos cargos empregatícios (Carneiro, 2011; Pessanha, 2019).

Em outros textos, como *Em legítima defesa*, a autora deixa em evidência esta ideia:

[...] contra a persistência dessa lógica que informa o Estado brasileiro de que ele, quando não mata, mantém a maioria de nossa população em condições de indigência material e cultural, refém do paternalismo e do assistencialismo. Marcharemos contra o racismo, pela cidadania, pela vida e por reparações (Carneiro, 2011, p. 93).

Como aponta Pessanha (2019), em suas conversas com o texto de Sueli Carneiro, há um Contrato Racial existente em nossa sociedade que pressupõe a pessoa negra como amarrada à ignorância, somente podendo ter ocupações como mão de obra barata e assalariada, e isso é parte do epistemicídio que vivemos. Sendo assim, podemos perceber que a autora consegue fazer reflexões sobre as dimensões do racismo por meio de uma lente decolonial, servindo como um “objeto-pesquisadora”, como a denomina Lobato (2020), por vivenciar intensamente sua questão de investigação.

Na busca dessa ruptura com o sistema racista, Carneiro (2019) nos chama a atenção para o fato de que “a identidade étnica e racial é um fenômeno historicamente construído ou destruído” (Carneiro, 2011, p. 63). Sendo assim, ela também traz à tona a questão da outrização, ou seja, a hierarquia racial baseada em subjetividades e estereótipos. Aqui, ela expande a ideia e faz a crítica ao nosso processo de miscigenação, que é vislumbrado como a salvação da população negra, uma vez que quanto mais embranquecidos formos, mais chances teremos de sermos vistos como diversos, plurais e de ascender socialmente.

Não podemos esquecer que nossa miscigenação e a busca de embranquecimento é fruto de uma herança colonial, de gerações de mulheres negras e indígenas que foram terrivelmente violentadas e escravizadas (Carneiro, 2011); busca essa que contribui para a falácia da democracia racial. O que Sueli Carneiro faz ao longo de sua militância é discutir como nossas subjetividades foram e são apagadas, como o Brasil é um ambiente muito sexista, racista e fundamentalmente desigual, e é por meio dessas perspectivas que ela serve como uma lupa para os atuais estudos decoloniais em suas discussões acerca de nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ARMINDO, I. L. Resenha do livro racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. **Ciências & Ideia**, Nilópolis, v. 10, n. 2, p. 259-262, 2019.
- BARTHOLOMEU, J. Escrivências: as contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento social brasileiro. **Pensata: Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, Guarulhos, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2020.
- BASTOS, M. A.; LIMA, G. L. M. Sueli Carneiro. **Revista da ABPN**, Guarulhos, v. 12, n. 33, p. 750-753, 2020.
- BORGES, R. S. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.
- FRATESCHI, Y. O pensamento feminista negro de Sueli Carneiro para além dos reducionismos de classe e gênero. **Blog da Boitempo**, 22 out. 2021. Disponível em: <https://is.gd/LvLikw>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- LOBATO, D. C. S. **Contribuições de Sueli Carneiro par o pensamento decolonial, feminista e anti-racista latino-americano**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- MANO A MANO. #26 – Mano Brown recebe Sueli Carneiro. [Locução]: Mano Brown. [S. l.]: Spotify, 26 maio de 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://is.gd/zcSqB8>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- NASCIMENTO, B.; GONZALEZ, L.; CARNEIRO, S. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NOVION, J.; COSTILLA, L. O.; AYALA, M. Pensamento, teoria e estudos latino-americanos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 5-14, 2014.

PASSOS, M. C. A.; PINHEIRO, B. C. S. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola AfroBrasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 118-138, 2021.

PESSANHA, E. A. M. Do epistemicídio: As estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata: International Journal of Philosophy**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019.

PORTAL GELEDÉS. **O que é Geledés**. 10 abr. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTANA, B. **Continuo preta**: a vida de Sueli Carneiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHESI

Doutor em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Especialização em Mídias Integradas na Educação (UFPR); Especialização em Gestão Pública (UFPR); Especialização em Desenvolvimento Gerencial (FAE Business School); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica (IBPEX); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio (UFPR). Graduação em Administração de Empresas (UNICESUMAR). Graduação em Filosofia (PUC-PR), Sociologia (PUC-PR) e História (PUC-PR).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academia Maranhense de
Letras 73–74, 76–78, 82, 111
Afrodescendentes 27
Amazônia 85, 87, 93, 96, 111
Análise documental 61, 111
Ascensão social 100

B

Biopoder 100, 104, 107, 111
Branquitude 103, 111

C

Cidadania 107
Ciência 10, 13, 90–91
Colonialidade 105–106, 111
Colonização 88
Comunicação 44, 61, 66, 71,
73, 111
Conceição Evaristo 23–30, 32,
35–36, 104, 111
Construção 25–26, 30, 33, 36,
47, 52, 59, 85–86, 90, 92, 94,
104–105
Corpo e linguagem 14
Corpo-escrita 13
Cotidiano 66, 79–80, 99
Crítica 11–12, 25, 29–30, 48,
64, 68, 75, 79, 92, 106–107
Crônicas 62, 65, 68–71, 80–82,
111
Cronistas 61–63, 68, 70–71
Cultura 11, 16, 32, 42, 82, 111
Currículo 102–103, 111

D

Decolonialidade 99, 106, 111
Democracia racial 104, 108,
111
Desigualdade 25, 29, 33, 35,
53–54, 56, 103, 105–106
Direitos 46, 64, 89, 91,
101–103, 105
Direitos humanos 101–103,
105
Diversidade 60–61, 68, 70–71,
85–88, 96
Docentes 46

E

Educação 39–44, 46–52,
69–70, 75–76, 79, 85–96, 101,
104–105, 107, 111
Educação básica 49

Educação formal 88, 96
Educação na Amazônia 93
Educação superior 47, 75
Empoderamento 23–25, 28,
30–33, 35–36, 111
Empoderamento feminino 24,
30–33, 111
Epistemicídio 99–100, 105,
107, 111
Equidade 35, 52, 86, 106
Erotismo patriarcal 15
Escravidão 32, 34, 103, 111
Escrivência 28–29, 36, 100
Escrita feminina 16, 111
Escrita pulsional 17
Escritoras maranhenses 75–76
Exclusão 26, 30, 33–35, 62, 75,
87, 95–96, 100, 104, 107, 111
Exclusão social 35, 96, 100,
111

F

Feminismo 25, 29, 69, 103, 111
Feminismo negro 29, 103, 111
Feminista 64, 67, 69, 75, 91,
99–101, 104–106
Filósofa 102
Formação de educadores 47

G

Geledés 101–102, 111
Gênero 24–25, 27, 29, 33–35,
39, 53, 56–57, 59–64, 66–67,
69–70, 75, 89–92, 99, 102,
105–106, 111
Gênero e raça 34, 75

H

História 12, 15, 17, 23–25, 30,
36, 39, 49, 51, 59, 63–65, 67,
74, 78, 82, 85–96, 99, 104–106,
111
História cultural 94, 111
História da Educação 49,
85–88, 90–96
História das mulheres 88–91,
93, 95, 111
História do tempo presente
85–88, 111
Histórias 23–25, 27–30, 34–36,
39–41, 46, 80, 95
Historiografia 61, 64, 81, 89,
91, 96

I

Identidade 12, 15, 19–20,
23–25, 51, 107
Igualdade 30, 33, 59–60, 64,
70, 87, 90, 92, 96, 111
Igualdade de gênero 33, 60,
70, 111
Imprensa 62–65, 67, 104, 111
Inclusão 33, 36, 48, 54, 62, 67,
82, 90–91, 103, 111
Inclusão social 48, 111
Influência 21, 23, 95
Instituições acadêmicas 74, 111
Integração 36, 89
Intelectuais 10, 80, 94, 96, 104

J

Justiça social 36, 48, 111

L

Leitura literária 47
Língua portuguesa 44, 111
Literatura 9–12, 15–18, 20–21,
23–30, 32, 35–36, 39, 61–70,
75–76, 80, 111
Literatura afro-brasileira
24–25, 30, 111
Literatura comparada 63, 65
Literatura feminina 68, 111

M

Matriarcado 106, 111
Matriarcado da miséria 106
Memória 11, 15, 40, 47, 61, 64,
86, 94, 111
Memória cultural 61, 111
Memoricide 64, 70, 111
Metodologia 42, 44
Militância 99–100, 108, 111
Modernidade 106
Movimento 12, 14, 16, 80, 91,
96, 101, 111
Movimento feminista 91
Movimento negro 101, 111
Mudanças 30, 33, 35–36, 49,
80, 85–86, 102
Mulheres 17, 23–28, 30–36, 40,
53–63, 65, 68, 70–71, 73–78,
82, 85–97, 100–102, 104,
107–108, 111
Mulheres escritoras 73, 75–76,
82, 111
Mulheres negras 23–24, 26–28,
32, 35–36, 100, 104, 107–108, 111

N

Narrativa biográfica 39
Narrativa histórica 89, 94
Narrativas 23, 25, 27–30,
35–36, 39, 68, 79, 87, 111
Narrativas literárias 28, 68, 111
Necropolítica 107
Negro 15, 24–25, 29, 36,
101–104, 106, 111
Nísia Floresta 90, 111

O

Opressão 23–24, 30, 32, 34–35

P

Participação 31, 33, 46, 54, 75,
77, 91, 95, 101
Patriarcado 30, 32, 96, 101, 111
Patriarcalismo 25, 30, 33
Pedagogia 42–43, 48, 111
Pensamento decolonial
99–100, 105–106, 111
Pesquisa qualitativa 40, 111
Pioneiras 68, 91, 103
Política 31–32, 76, 90, 99, 104
Políticas 31, 46–47, 49–50, 64,
86–87, 95, 103, 106, 111
Políticas públicas 46, 50, 103,
111

Posicionamento 54, 106
Positivismo 90, 111
Práticas educativas 85, 111
Preconceito 30, 56
Produção científica 91, 111
Produção didático-pedagógica
94
Protagonismo 24–25, 30, 34,
36, 85, 88, 93–94, 96, 111
Protagonismo feminino 24, 85,
94, 96, 111

R

Racismo estrutural 23, 99,
107, 111
Realidade 25, 27, 30, 46–48,
87–88, 94, 103
Reconhecimento 11, 35, 43,
49–50, 56, 61, 87, 89, 94, 96, 99
Reconstrução 29, 36
Relações raciais 101, 104, 111
Representação literária 28
Representatividade 23–25, 31,
35–36, 59, 61, 68, 106, 111
Resiliência 23, 26, 28, 35–36,
59

Resistência 11, 23–24, 27,
29–32, 34–36, 96, 100, 111

S

Semiótica 19
Sexismo 102–103, 105–106
Silenciamento 11, 85, 88–89,
96
Sistema 32, 102–103, 107
Sociedade brasileira 24, 35,
102, 111
Sororidade 64, 111
Subalternidade 106, 111
Subalternização 100
Sueli Carneiro 99–100, 102,
105–108, 111
Supremacia branca 27, 111

T

Transformação 23–25, 30–31,
33, 35–36, 48, 51, 60, 96, 111
Transformação social 24, 30,
33, 35–36, 48, 51, 111

V

Violência de gênero 25, 29,
111



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br